4. Trabalho e rendimentos

supérfluos e desnecessários, os inúteis ao mundo

Sarah Escorel

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESCOREL, S. Trabalho e rendimentos: superfúos e desnecessários, os inúteis ao mundo. In: *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 169-220. ISBN: 978-85-7541-605-1. Available from: doi: [10.7476/9788575416051.0006](https://doi.org/10.7476/9788575416051.0006). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

TRABALHO E RENDIMENTOS: supérfluos e desnecessários, os inúteis ao mundo

O fenômeno da exclusão social tem sido reiteradamente caracterizado através da existência de indivíduos desnecessários e supérfluos ao sistema produtivo. Dessa forma, exclusão social designaria o desemprego estrutural associado a modalidades conjunturais de desvinculação; desemprego temporário que se transforma em permanente; e, ainda, dificuldades crescentes de inserção dos jovens no mercado de trabalho. As transformações contemporâneas tanto na esfera produtiva quanto nos mecanismos de acumulação capitalista seriam assim os determinantes – em última instância – do fenômeno da exclusão social e permitiriam, inclusive, diferenciar entre os moradores de rua um perfil contemporâneo (desempregados) e um perfil tradicional (mendigos, alcoólatras e doentes mentais).

O distanciamento das relações familiares primárias e a não constituição de uma família nuclear seriam nesse caso promovidos pela busca e não-obtenção (ou obtenção precária e instável) de ocupação remunerada viabilizadora de uma existência independente e autônoma. As análises concentram-se nas dificuldades encontradas para estabelecer e manter vínculos ocupacionais, assim como no crescimento de modalidades de inserção precárias, vulneráveis e permanentemente ameaçadas de ruptura. No âmbito do trabalho o limite da exclusão estaria representado tanto pelo desempregado crônico quanto pelo jovem que não conseguiu sequer um vínculo precário.

A caracterização de uma ‘nova pobreza’ originada da desvinculação ocupacional de camadas sociais anteriormente inseridas e estáveis emergiu num contexto de quase pleno emprego vigente nos países capitalistas centrais até meados dos anos 70.²⁰⁶ A partir de então, as transformações no processo de produção e acumulação capitalista, que originaram taxas crescentes de desemprego, motivaram muitos autores a decretar senão o fim, pelo menos uma crise

²⁰⁶ “Sem mistificar o ponto de equilíbrio que atingiu a sociedade salarial, há cerca de vinte anos começaram a ser constatadas as transformações do papel de ‘grande integrador’ desempenhado pelo trabalho. A verdadeira ‘decolagem’ do desemprego data de 1976, ano em que o número de desempregados na França atingiu a casa do milhão” (Castel, 1995).

estrutural da sociedade do trabalho, isto é, da sociedade cujo princípio de organização social está constituído pelos vínculos com a esfera ocupacional.

Tal caracterização adquire nuances quando se analisa a incidência de fenômenos mundiais em contextos como o brasileiro, no qual a absorção de força de trabalho e o assalariamento foram bastante diversos. A crise da sociedade de trabalho instaura-se num cenário no qual o mercado informal desempenha um importante papel como mecanismo de inserção e a classe trabalhadora foi mantida à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico.

O impacto negativo do choque externo do final dos anos 70, o segundo 'choque do petróleo', manifestou-se no Brasil sob os condicionantes do processo de liberalização política e redemocratização do regime, rompendo tanto com um padrão de financiamento do crescimento quanto com a coalizão sócio-econômica e política que sustentara toda a estratégia de industrialização do país desde os anos 30. A estagnação econômica, a inflação crônica e a ingovernabilidade foram manifestações da crise estrutural do modelo de crescimento do Estado desenvolvimentista associada à falta de condução do bloco hegemônico no processo de transição política. Numa década marcada por "permanentes discontinuidades conjunturais e perversas sinergias", a cidadania expandiu-se junto com o aumento da "dívida social" (Fiori & Kornis, 1994).

Até os anos 80, segundo esses autores, o dinamismo econômico-social do país tivera as seguintes características: crescimento econômico, expansão do emprego urbano, aumento da proteção social, elevação dos salários reais médios e, sobretudo, uma intensa mobilidade social, coexistindo com uma acentuada desigualdade distributiva e um processo inflacionário que corroía o poder aquisitivo dos salários.

A crise econômica – sem precedentes tanto em intensidade quanto em duração – apresentou-se nas taxas de crescimento negativo do PIB.²⁰⁷ A taxa média de crescimento do PIB, entre 1988 e 1992, foi de 1,26% a.a., enquanto na década de 70 tinha sido de 8,7% a.a.. A queda do PIB, associada à aceleração inflacionária, promoveu a redução significativa da renda *per capita*, assim como dos rendimentos dos salários. Em 1981 o salário médio real correspondia a 64,1 da base 100 de 1952; entre 1987 e 1988 atingiu um nível mínimo (37,2) e, em 1992 representava 42,7 (Fiori & Kornis, 1994).

A redução do nível de emprego ao longo dos anos 80, que se estendeu aos anos 90, com reversão do processo de formalização do mercado de trabalho,

²⁰⁷ Em 1981 (-4,5%), 1983 (-3,5%), 1988 (-0,1%), 1990 (-4,4%) e 1992 (-1,4%). Os dados são do IBGE apresentados em Fiori & Kornis (1994) e Tavares & Monteiro (1994).

pode ser verificada nos dados relativos ao emprego industrial: considerando 1981 como base 100 ocorreu uma inflexão acentuada entre 1983 e 1985, seguida de pequeno crescimento, com o qual não se conseguiu recuperar o patamar do início da década; os anos 90 apresentaram uma tendência decrescente e, em 1992 o nível de emprego correspondia a 85% do verificado em 1981 (Fiori & Kornis, 1994).

Em linhas gerais, a evolução do mercado de trabalho entre 1981 e 1992 nas regiões metropolitanas foi bastante similar: independentemente dos diversos níveis regionais de desenvolvimento, os mercados de trabalho responderam aos ciclos econômicos de curto prazo (Sabóia, 1994). A tabela a seguir esquematiza a análise do autor, que subdivide o período em triênios econômicos:

Tabela 9 - Configuração do mercado de trabalho segundo triênios econômicos. Brasil, 1981-1992

Triênio	Característica	Com carteira	Sem carteira	Por conta própria
1981 – 1983	Recessão	Redução	Aumento	Aumento
1984 – 1986	Recuperação vigorosa	Aumento	Redução	Redução
1987 – 1989	Pequeno crescimento	Modificações pouco acentuadas		
1990 – 1992	franco declínio	redução	aumento	aumento

Fonte: Sabóia, 1994

Nos anos recessivos ocorreu diminuição da força de trabalho assalariada com carteira de trabalho e aumento tanto do assalariamento sem carteira de trabalho quanto da ocupação por conta própria. Nos períodos de crescimento o movimento foi inverso, aumentando a participação dos assalariados com carteira de trabalho (Sabóia, 1994). Entretanto, a recuperação do nível de emprego tende a ser mais lenta, pois ocorre após movimentos de reestruturação produtiva e *downsizing* das empresas em resposta aos ciclos recessivos.

O padrão metropolitano do mercado de trabalho no período em análise esteve assim configurado: 50% da força de trabalho assalariada com carteira assinada, 25% de trabalhadores por conta própria e 20% de assalariados sem carteira assinada, forma típica de entrada dos jovens no mercado de trabalho (Sabóia, 1994). Essa modalidade de ingresso através do assalariamento informal caracteriza como ponto de partida um vínculo laboral extremamente vulnerável.

As principais tendências observadas no mercado de trabalho metropolitano entre 1981 e 1992 foram, por um lado, relacionadas com os ciclos econômicos, o desassalariamento e a precarização das relações de trabalho e, por outro lado, sem relação direta com os ciclos conjunturais, a tendência à terceirização, entendida como transferência do emprego das grandes empresas para as pequenas ou para o trabalho autônomo (Sabóia, 1994). O mercado de trabalho metropolitano entre 1981 e 1990 caracterizou-se por taxas de desemprego aberto relativamente baixas, indicando absorção da força de trabalho, em conjunto com a deterioração da qualidade do vínculo laboral com crescente informalização e salários declinantes (Rocha, 1995).

O assalariamento sem carteira de trabalho configura vulnerabilidades tanto em termos de ausência de proteção social quanto dos referenciais de rendimentos. Ainda que ao longo dos anos 80 tenha ocorrido uma diminuição das diferenças entre as três categorias de ocupação, com melhoria dos rendimentos dos grupos sem carteira e por conta própria em relação aos empregados com carteira assinada, os rendimentos dos trabalhadores sem carteira assinada foram, entre 1982 e 1992, em média 41% (na Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e 48% (na Região Metropolitana de São Paulo) dos rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada (Sabóia, 1994).

A baixa taxa de participação nos mercados é característica dos pobres devido à inadequação da capacitação geralmente associada à segregação residencial e às restrições culturais e de organização do grupo familiar. O não-agravamento da pobreza em termos de renda foi possível através do crescimento da taxa de participação e da queda da taxa de fecundidade. Entretanto, mais pessoas trabalharam em condições crescente de informalidade, baixa produtividade e rendimentos declinantes (Rocha, 1995). A entrada de trabalhadores secundários encontrou dificuldades tanto pela forma mais adversa de inserção dos pobres no mercado de trabalho (comparando pobres e não-pobres) quanto por uma deterioração geral das condições no mercado que afetaram os dois segmentos (Rocha, 1995). Assim, verificou-se a associação perversa de uma tendência tecnologicamente irreversível de eliminação de postos de trabalho que absorvem mão-de-obra não-qualificada com dificuldades crescentes das famílias trabalhadoras pobres em obter (e proporcionar aos mais jovens) a qualificação necessária para a absorção no mercado de trabalho.

Entre 1981 e 1990, no segmento dos pobres metropolitanos ocorreu um discreto aumento da taxa de atividade (de 42 para 45%), um crescimento da ocupação no setor terciário tradicional²⁰⁸ (de 42 para 53%) e também

²⁰⁸ Ocupação no terciário tradicional: porcentagem de ocupados no comércio sobre o total de ocupados.

do emprego informal (de 25 para 36%) e uma diminuição discreta da taxa de desemprego aberto, que passou de 16% para 13%. Durante o período a taxa de trabalho precoce²⁰⁹ dos pobres metropolitanos se manteve em 8% (Rocha, 1995).

Relacionando modalidades de inserção ocupacional e a probabilidade de pobreza, Sônia Rocha identifica um ciclo vicioso deflagrado pelo baixo nível educacional que limita o acesso a postos de trabalho de baixa qualificação, baixa produtividade e baixa remuneração. Ressaltando que mesmo o trabalhador formalmente inserido pode estar condenado à pobreza em função do baixo valor do salário mínimo, a pesquisadora constatou que a característica do chefe de família mais fortemente associada à pobreza foi o nível educacional, seguida pelo emprego sem carteira assinada e pelo desemprego do chefe. No estudo realizado sobre o perfil dos domicílios urbanos no Brasil em 1989, no subgrupo dos domicílios pobres indigentes, dois terços dos chefes de família eram analfabetos ou tinham até três anos de escolaridade; havia maior proporção de inativos ou desempregados; entre os ocupados o trabalho era instável (alta proporção de chefes que procurou trabalho no último ano) e sem proteção social – 53% dos chefes pobres indigentes não tinham carteira assinada e mais de 80% dos que trabalhavam por conta própria não contribuíam para a previdência social. A grande maioria das ocupações dos membros dos domicílios pobres era de baixa remuneração, sendo que nesses domicílios a renda provinha basicamente dos rendimentos do trabalho (Lopes, 1992).

A instabilidade econômica e as conjunturas recessivas na década de 80 e início dos anos 90 tiveram efeitos devastadores na economia regional do Rio de Janeiro, caracterizada pela predominância do setor terciário. Entre 1980 e 1989 o PIB do Estado do Rio de Janeiro permaneceu estacionário, tendo como consequência uma redução de 15% na renda *per capita* (Valladares & Batista, 1993). E, ao contrário das demais regiões metropolitanas, onde a proporção de pobres permaneceu estável durante a década de 80, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ocorreu um agravamento inequívoco da pobreza (Rocha, 1995).

A taxa de atividade da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1981 e 1992 foi, em média, de 73,1%, apresentando 53,8% de assalariados com carteira assinada, 19,3% sem carteira assinada e 22,7% de trabalhadores por conta própria. Em 1992, a taxa de desemprego aberto era de 3,9% (Rocha, 1995). Esta configuração apresenta discretas diferenças em relação ao padrão observado no conjunto das regiões metropolitanas, porém outras infor-

²⁰⁹ Trabalho precoce: porcentagem de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando em relação ao total de crianças nessa faixa etária.

mações caracterizam vulnerabilidades específicas do contexto fluminense de absorção da força de trabalho.

Considerando os dados relativos às pessoas ocupadas segundo ramos de atividade, entre 1981 e 1990, apenas três ramos apresentaram crescimento relativo positivo: comércio, atividades sociais e prestação de serviços. Setores-chaves da economia regional tiveram crescimento negativo: construção civil (-29,9%), administração pública, transportes e comunicação, e indústrias de transformação. A tradição terciária do Rio de Janeiro foi reforçada durante a década de 80 em áreas típicas do setor informal, como feira e comércio ambulante (crescimento de 28%) ao passo que a terceirização em atividades mais modernas teve um crescimento limitado (4%) (Valladares & Batista, 1993).

Os rendimentos dos ocupados com carteira assinada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1982 e 1992 corresponderam a 80% dos rendimentos percebidos pelos trabalhadores na mesma posição na Região Metropolitana de São Paulo (Sabóia, 1994). A remuneração média na RMRJ em 1987 era de 4,3 salários mínimos (cerca de U\$ 150); 64,2% dos ocupados pertenciam ao grupo de baixa renda, isto é, trabalhadores cuja renda familiar média *per capita* era igual ou inferior a 3 salários mínimos (SM) e 24,1% das pessoas ocupadas constituíam o contingente de trabalhadores de rendas miseráveis – até 1 salário mínimo (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

Analizando a distribuição da remuneração por categorias de ocupação, os autores dessa pesquisa caracterizaram quatro grandes grupos em ordem decrescente de pobreza e definiram como “ocupações pauperizadas” ou típicas de baixa renda aquelas nas quais 75% dos trabalhadores tinham uma remuneração inferior ou igual a 3 SM. Em 1987, na RMRJ, as ocupações pauperizadas abrangiam aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, representando 45,9% das pessoas ocupadas. Ainda, identificaram grupos de ocupações nas quais a proporção de rendas miseráveis (até 1 SM) apresentou-se elevada: 2/3 destes trabalhavam no setor tradicional de serviços do tipo pessoal, doméstico, e os demais encontravam-se majoritariamente no comércio (16%) e no setor da construção civil (12%).

A distribuição da população ocupada segundo as posições²¹⁰ indicou que na RMRJ, em 1987, o valor da informalidade era bastante inferior ao conjunto

²¹⁰ Posições na ocupação – assalariados com carteira de trabalho (regulares, oficializados); assalariados sem carteira de trabalho (irregulares, não oficializados ou não declarados); trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social (autônomos protegidos ou oficializados); trabalhadores por conta própria que não contribuem (autônomos não protegidos ou não oficializados). Trabalho informal ou informalidade foi considerado como o conjunto dos assalariados sem carteira de trabalho e dos trabalhadores por conta própria não contribuintes.

de trabalhadores em ocupações pauperizadas, mostrando que são conjuntos distintos de vulnerabilidades, embora com uma relação negativa: na informalidade foram encontradas as situações mais desfavoráveis de renda (até 1 SM) tanto dos assalariados sem carteira de trabalho quanto dos autônomos não contribuintes (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

O DESEMPREGO COMO MOTIVO PARA A MORADIA NAS RUAS

Não é possível obter uma taxa de desemprego junto à população de rua nem tampouco estabelecer uma correlação direta e mecânica entre desemprego, ou extrema vulnerabilidade do vínculo laboral, e a moradia nas ruas. No entanto, os depoimentos dos próprios moradores de rua e algumas pesquisas indicam que o desemprego é um dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas. Relacionar processos de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão do trabalho e rendimentos com a condição de morador de rua é buscar estabelecer até que ponto são originários da esfera ocupacional os estímulos que podem levar o indivíduo a atingir o 'ponto zero', definido como esgotamento dos recursos sócio-econômicos suscetíveis de manter sua sobrevivência (Stoffels, 1977).

Quando se pergunta aos moradores de rua: 'você trabalha?', a resposta é geralmente positiva, pois a taxa de ocupação da população de rua é elevada. Entretanto, a resposta negativa ou a afirmação de ser um desempregado refere-se ao ofício que já exerceu e sobre o qual construiu sua identidade ocupacional, mesmo que no momento exerça outras atividades, como de catador ou guardador de carros, que então não são consideradas como trabalho.

Nos fragmentos das trajetórias de vida que são fornecidos através dos jornais as situações mais freqüentemente citadas que relacionam o processo de desvinculação laboral com a moradia nas ruas foram: desemprego e procura de emprego; migrações à procura de trabalho e ex-morador de habitação precária, em favela, sem condições de pagar o aluguel ou por desemprego ou por baixo salário ou pelo aumento do número de familiares (filhos, parentes) ou por separação.

A pesquisa realizada em Porto Alegre durante o segundo semestre de 1994 com 222 moradores de rua possibilitou construir a tabela a seguir, com a distribuição percentual das informações sobre o período de tempo transcorrido desde o último vínculo de trabalho e o tempo de moradia nas ruas.

Tabela 10 - Distribuição percentual dos moradores de rua segundo o tempo do último trabalho e segundo o tempo de moradia nas ruas. Porto Alegre, 1994

Período de tempo	Último trabalho (%)	Moradia nas ruas (%)
Nunca trabalhou/sempré morou	3,2	2,2
Recentíssimo - > 1 semana < 1 mês	5,0	6,3
Recente - > 1 mês < 6 meses	10,8	14,0
Intermediário - > 6 meses < 1 ano	7,2	7,2
Prolongado - > 1 ano < 5 anos	22,1	24,3
Crônico - > 5 anos	14,6	37,8
Sem informação	33,7	21,2
Com vínculo ocupacional no momento	3,6	-

Fonte: PUC/RS, 1995

É possível observar a concentração em dois pólos (recente e prolongado) com uma distribuição tendente à cronicidade tanto da situação de desvinculação do trabalho quanto da moradia nas ruas. Há uma distribuição similar no subgrupo dos recentes, isto é, proporções próximas dos que chegaram na rua há pouco tempo e daqueles cujo último trabalho (formal ou informal) foi recente. Já no subgrupo dos crônicos não ocorre o mesmo: cerca da metade destes refere um vínculo laboral mais recente do que o período de tempo em que vive nas ruas.

Em São Paulo, no segundo semestre de 1991, o levantamento realizado entre 532 freqüentadores dos serviços de assistência social (casas de convivência e albergues) revelou que 80% já tiveram trabalho regular, sendo que 23% com registro em carteira nos últimos dois anos (Vieira, 1995). O grupo pesquisado apresentou a seguinte distribuição segundo o período de tempo transcorrido desde o último trabalho com carteira assinada:

Tabela 11 - Distribuição percentual dos moradores de rua segundo o tempo do último trabalho e segundo o tipo de serviço assistencial. São Paulo, 1991

Período de tempo ²¹¹	Casas de convivência (%)	Albergues (%)
Nunca trabalhou	13,1	11,6
Recentíssimo + Recente – > 1 semana < 6 meses	15,4	34,0
Intermediário – > 6 meses < 1 ano	12,0	12,6
Prolongado – > 1 ano < 5 anos	27,5	14,6
Crônico – > 5 anos	30,3	26,2
Sem informação	1,7	1,0

Fonte: Sebes/SP, 1992

Afora a reduzida proporção daqueles que não informaram, as diferenças entre as clientela das duas modalidades de serviço social são mais acentuadas no subgrupo dos que estão desempregados há pouco tempo. A maior parte das duas clientela é composta por indivíduos que estão há um tempo prolongado ou cronicamente desvinculados do trabalho formal. Nos serviços de plantão, 78% declararam estar sem emprego no momento da pesquisa, tendo trabalhado anteriormente nos setores de construção civil, serviços, transporte, comércio e indústria (Sebes, 1992). Em setembro de 1995, pesquisa do Datafolha com moradores de rua na cidade de São Paulo indicou: “38% atribuem a ausência de endereço à perda do emprego e 21% declararam não ter dinheiro para pagar o aluguel”.²¹²

No Distrito Federal, 65% dos chefes ou cônjuges moradores de rua que lá chegaram após 1º de janeiro de 1995 responderam que o motivo da ida para Brasília foi a procura de emprego ou estarem “passando necessidades” no local anterior de moradia. O principal motivo tanto para a migração quanto para o desejo de permanecer na capital do país foi relacionado com a possibilidade de obtenção de renda (e, conseqüentemente, não passar necessidades); porém, apenas 14% dos entrevistados condicionaram sua permanência em Brasília à obtenção de emprego. Mais de 75% das famílias entrevistadas tinham uma renda anterior de até 2 SM (50% até 1 SM, 21% de 1 a 2 SM e 7% declaravam não

²¹¹ Devido aos períodos de tempo apresentados pela pesquisa de São Paulo foi necessário agrupar ‘recente’ e ‘recentíssimo’, assim como congregar em ‘prolongado’ referências de tempo entre 1 a 2 anos e entre 2 a 5 anos incorporando parte de outros segmentos (intermediário e crônico) considerados nas informações sobre Porto Alegre.

²¹² *Folha de S. Paulo*, 3/set./95.

ter rendimentos) e as profissões ou atividades exercidas em suas últimas procedências foram em 27% dos casos no setor da agricultura (sem considerar que nas entrevistas abertas muitos dos que declararam ter alguma outra profissão na sua última procedência haviam sido agricultores originalmente), 13% em serviços domésticos, 10% na construção civil, 10% declaravam terem sido autônomos e 7% não tinham profissão (Bursztyn & Araújo, 1997).

No Rio de Janeiro, levantamentos realizados pela Fundação Leão XIII – em 1986 com 600 moradores de rua e em 1991 com 1016 – apontaram percentuais similares nos dois momentos (62%) dos que declaravam a existência anterior de vínculo empregatício formal (FLXIII, 1991). O documento institucional não informa o prazo de tempo transcorrido desde o último vínculo de trabalho. Entretanto, material divulgado na imprensa, pela mesma instituição, em 1991, indicava que 61,3% da população de rua já tivera carteira assinada e destes, 29,3% há menos de 4 anos.

Entre o grupo de moradores de rua que entrevistei poucos afirmavam estar morando na rua devido ao desemprego ou outras situações de extrema vulnerabilidade laboral, mesmo quando seus depoimentos indicavam a importância da desvinculação ocupacional nas trajetórias de vida em direção às ruas. Dentre os que especificamente associavam rua com a ruptura dos vínculos laborais estavam o cozinheiro Wilson, o jardineiro Manuel, o 'lancheiro' Roni e o eletricista de construção civil Luiz Augusto.

Das 244 fichas de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus (1993/1994) foi possível extrair diversas situações de desvinculação do mundo do trabalho e de chegada no 'ponto zero' devido às vulnerabilidades ocupacionais. A contabilização realizada foi do número de menções, isto é, vezes em que a situação foi assinalada nas fichas.

O desemprego foi assinalado em 37 das 244 fichas (na reduzida proporção de 15%) e o tempo de desemprego não foi uma informação valorizada pela equipe da Comunidade Evangélica. Onze vezes foi assinalada a vinda para a cidade do Rio de Janeiro em busca de trabalho (4,5%); uma vez foi mencionada dificuldade em conseguir emprego e três vezes a dificuldade em pagar aluguel. Outras duas situações mencionadas estavam relacionadas com a esfera ocupacional: o roubo de instrumentos de trabalho, que em alguns casos de operários da construção civil dificulta ou inviabiliza a obtenção de emprego, e o envolvimento com fraudes e corrupção. Não estamos contabilizando as freqüentes menções à perda ou ao roubo de documentos, que também interferem na obtenção e manutenção do vínculo laboral. Um mesmo indivíduo pode ter feito uma,

duas ou mais referências à esfera do trabalho e rendimentos (por exemplo, desemprego e dificuldade de pagar aluguel). Assim, o grupo de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus fez, ao todo, 54 menções a processos de desvinculação ocupacional em contraposição às 98 menções assinaladas nas fichas referentes a processos de desvinculação no âmbito sociofamiliar.²¹³

OFÍCIOS ANTERIORES

A vulnerabilidade dos vínculos ocupacionais prévios à moradia nas ruas foi analisada através das atividades assinaladas nas fichas da Comunidade Evangélica de Jesus no item 'preparo profissional'. Levando-se em conta o interesse por parte da equipe assistencial em colaborar na reinserção ocupacional dos moradores de rua entrevistados, esse item pretende identificar ofícios e atividades laborais nos quais o indivíduo tinha qualificações e/ou acumulara experiência. Foram encontradas 539 menções a 129 atividades ocupacionais, correspondendo, em média, a 2,4 menções de preparo profissional por morador de rua.²¹⁴

A tabela 12 mostra a distribuição das menções de desempenho profissional encontradas em cada ficha. Mais de 50% dos moradores de rua cadastrados mencionaram apenas uma ou duas atividades, ao passo que, no outro extremo, cerca de 20% referiram experiências profissionais em quatro até sete atividades, sugerindo baixa ou nenhuma qualificação específica e identidades ocupacionais frágeis.

As atividades mencionadas foram reunidas por ramo de ocupação e grupos de atividades seguindo a estrutura apresentada em Brant (1994). A tabela 13 apresenta a distribuição das atividades mencionadas:

²¹³ Conflitos ou desavenças familiares foram assinalados 66 vezes, sendo especificamente registradas a violência doméstica (9 vezes) e dificuldades com pais ou cônjuges alcoólatras ou drogados (8 vezes). Outras situações que podem ser relacionadas com vulnerabilidades na dimensão sócio-familiar como histórias institucionais na infância foram assinaladas 15 vezes.

²¹⁴ Dentre as 244 fichas, nove não continham nenhuma informação registrada nesse item, em seis delas estava assinalado "nenhum preparo profissional" e em uma delas estava escrito "faculdade da vida". Portanto, as atividades mencionadas referem-se a um total de 228 fichas.

Tabela 12 - Número de atividades profissionais mencionadas por morador de rua. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Número de menções	Número de fichas	%
1 menção	68	27,9
2 menções	74	30,3
3 menções	43	17,6
4 menções	23	9,4
5 menções	10	4,1
6 menções	7	2,9
7 menções	3	1,2
Subtotal	228	93,4
Nenhuma	7	2,9
Sem informação	9	3,7
TOTAL	244	100,0

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Tabela 13 - Atividades profissionais mencionadas por ramo de ocupação. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Atividades por ramo ocupacional	Menções (nº)
Ocupações na agropecuária	6
Ocupações na indústria extrativa	-
Ocupações na indústria de transformação	45
Ocupações na construção civil	124
Ocupação em comércio e serviços	277
Ocupação em transportes e comunicações	28
Ocupações administrativas	29
Ocupações artesanais, artísticas e desportivas	14
Empregadores e proprietários	-
Outras ocupações não incluídas nas anteriores	-
Ocupações mal definidas	16
TOTAL	539

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Nove grupos de ocupações em comércio e serviços e na construção civil englobaram 285 menções, 53% das referências sobre preparo profissional. A tabela a seguir apresenta, em ordem decrescente, as ocupações mencionadas nas fichas por grupo e por setor de atividade:

Tabela 14 - Atividades profissionais mencionadas por setor e grupo de atividade. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Setor	Ocupações por grupo de atividade	Menções (nº)	Menções (%)
Serviços	Vigilantes, zeladores, policiais e membros das forças armadas	43	7,97
Serviços	Trabalhadores nos serviços de faxina, jardinagem e empregados domésticos	37	6,86
Constr. civil	Ajudantes e serventes de pedreiros	36	6,67
Constr. civil	Trabalhadores em acabamento	36	6,67
Serviços	Trabalhadores em hotéis e restaurantes	35	6,49
Serviços	Reparação e manutenção de veículos	27	5,00
Serviços	Trabalhadores em assistência técnica e manutenção de máquinas e instalações	26	4,82
Constr. civil	Pedreiros	25	4,63
Comércio	Ambulantes	20	3,71
TOTAL		285	52,82

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

Dentre os nove grupos ocupacionais mais mencionados identificamos as inserções predominantes, isto é, aquelas que concentravam metade ou mais das menções do respectivo grupo, caracterizando atividades-tipo (representativas) de cada grupo. Essas atividades-tipo foram analisadas a partir das tipologias elaboradas por Figueiredo, Schiray & Lustosa (1990).

A maior parte das atividades mencionadas nas fichas dos moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus circunscreveram-se nas denominadas

‘ocupações pauperizadas’. Essas ocupações diferenciam-se segundo o grau de pobreza em baixo (menos de 1/3 de pobres), alto (entre 1/3 e 2/3) e extremo (acima de 2/3). A distribuição da baixa renda nas ocupações pauperizadas distingue setores ocupacionais constituídos por uma quase totalidade de ocupações pauperizadas (90 a 100% dos efetivos recebem até 3 SM), setores constituídos por uma maioria (50 a 75%) de ocupações pauperizadas e setores em que as ocupações pauperizadas são minoritárias. As atividades também foram agrupadas em função da intensidade das posições na ocupação, especificando no interior do conjunto modalidades de inserção predominantemente vulneráveis, isto é, aquelas com alta intensidade de assalariados não oficiais e autônomos não protegidos (Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990).

Tabela 15 - Atividades profissionais mencionadas segundo grau de pobreza, proporção de baixa renda e renda miserável, e intensidade das posições. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Atividades Mencionadas	Ocupações Pauperizadas	Grau de Pobreza	% < 1 SM/ % < 3 SM. ²¹⁵	Intensidade Posições
36 ajudantes e serventes de pedreiro	Serventes de pedreiros	Extremo	51/100	Assalariado não oficial
31 pintores	Pintores e caiadores	—	12/78	Trabalhadores com posição variável
25 pedreiros	Pedreiros	Alto	9/71	Trabalhadores com posição variável
20 vigilantes, agentes de segurança, vigias	Vigias	Baixo/alto	23/78	Assalariado oficial
	Guardas, vigias particulares	Baixo/alto	5/93	Assalariado oficial
14 vendedores sem especificação	Vendedores ambulantes	Alto	39/75	Autônomo não protegido

²¹⁵ O primeiro valor corresponde ao percentual de trabalhadores na ocupação que recebem rendas miseráveis (<1 SM) e o segundo valor à proporção dos trabalhadores que recebem baixas rendas (<3 SM).

Tabela 15 - Atividades profissionais mencionadas segundo grau de pobreza, proporção de baixa renda e renda miserável, e intensidade das posições. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

14 faxineiros (trabalhadores em firmas de limpeza)	Serventes	Extremo	53/97	Assalariado oficial
12 cozinheiros e 9 ajudantes de cozinha	Camareiras, cozinheiras	Alto	37/95	Assalariado oficial
9 empregados domésticos	Empregadas domésticas	Extremo	61/98	Assalariado com posição variável
7 eletricitistas e 7 mecânicos hidráulicos	Montadores elétricos	Alto	10/90	–
	Reparadores TV e rádio	Baixo	18/65	Autônomo não protegido
7 mecânicos, 4 trabalhadores em lanternagem, 4 pintores de automóveis	Borracheiros/ lapidadores	Extremo	25/85	–

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995; Figueiredo, Schiray & Lustosa, 1990

Todas as atividades-tipo apresentaram indicadores de alta vulnerabilidade ocupacional, seja pelo grau de pobreza seja pela proporção de baixas rendas e rendas miseráveis nas ocupações. A atividade-tipo mais mencionada – ajudantes e serventes de pedreiro – congrega como ocupação os três indicadores de vulnerabilidade ocupacional: grau de pobreza extremo, 100% de baixa renda, ou seja, a totalidade dos ocupados recebe menos de 3 SM e metade deles ganha menos de 1 SM, apresentando como modalidade de inserção mais freqüente o assalariamento informal. Da mesma forma, os trabalhadores em firmas de limpeza apresentam grau de pobreza extremo e altas proporções de baixa renda e renda miserável, embora seja uma inserção predominantemente de tipo assalariamento oficial (formal).

No senso comum predomina a idéia de uma trajetória de desvinculação do mercado de trabalho, que vai do emprego formal para a atividade informal, e daí para as ruas. As atividades mencionadas pelos moradores de rua não revela-

ram essa trajetória; apresentaram uma heterogeneidade de posições de inserção no mercado de trabalho. As suas trajetórias de desvinculação laboral originaram-se tanto do mercado formal quanto do informal, tanto do trabalho assalariado quanto do trabalho autônomo, embora este último só estivesse presente na forma de não protegido (vendedores ambulantes, catadores de lixo).

Em certos casos, ocorrera uma expulsão direta do assalariamento formal para a ruptura dos vínculos e a moradia nas ruas, em posições que associam alto ou extremo grau de pobreza e altas proporções de baixas rendas e rendas miseráveis. Também, a inserção assalariada oficial pode ter sido realizada de forma irregular e durante curtos períodos de tempo. Em outros casos, o desemprego decorreu do assalariamento informal ou de uma atividade autônoma não protegida em que também são verificados elevados índices de vulnerabilidade ocupacional.

Numa análise mais qualitativa das trajetórias ocupacionais anteriores dos moradores de rua a partir dos depoimentos e entrevistas (cuja distribuição por atividade-tipo e grupos de ocupações pauperizadas é similar à verificada nas fichas da Comunidade Evangélica de Jesus), algumas características sobressaíram: a segmentação na duração dos vínculos – empregos irregulares, descontínuos, temporários; atividades de baixa qualificação com alto potencial de substituição e nível de rendimentos limítrofes com o consumo de sobrevivência.

Pode-se então afirmar que antes de morar nas ruas esses indivíduos mantinham com o mercado de trabalho relações que já eram extremamente precárias e instáveis. Os processos de desvinculação do mundo do trabalho evidenciados nas trajetórias dos moradores de rua ocorrem – de forma mais ou menos abrupta, partindo de posições variáveis segundo a formalização ou não – sobre uma estrutura geral de inserção no mundo do trabalho extremamente vulnerável.

VULNERABILIDADES OCUPACIONAIS E DE RENDIMENTOS

Os vínculos com o mundo do trabalho anteriormente estabelecidos pelos moradores das ruas podem ser classificados diferenciando entre a realização de uma atividade ou função, o exercício de um ofício ou profissão e a ocupação de um emprego ou posto de trabalho. Nas atividades ou funções os vínculos seriam de curta duração no tempo, de baixa exigência de qualificação e experiência, e com relações não assalariadas entre prestador e consumidor. O exercício de um ofício ou profissão supõe a exigência de conhecimentos e habilidades, enquanto a ocupação de um emprego envolve uma relação de assalariamento, contratualizada ou não.

Essa diferenciação caracteriza os principais eixos de análise das trajetórias ocupacionais anteriores à moradia nas ruas: duração do vínculo; escolaridade, qualificação e experiência; condições e relações de trabalho; níveis de rendi-

mento e proteção social. Fragilidades, precariedades em vários destes eixos podem agregar-se numa rede configurando ocupações altamente vulneráveis de desvinculação.

A análise de trajetórias de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão ocupacional está permanentemente orientada em duas direções: as condições de vida do trabalhador, incluindo possibilidades de poupança e perspectivas de futuro e, em paralelo, porém com características próprias, a constituição do trabalho como 'sistema identitário', referencial de comportamentos e valores do trabalhador. Dessa forma a análise visa à caracterização da posição que ocupa o trabalhador tanto na estratificação socioeconômica quanto na estratificação simbólica (valorização social da função).

Rotatividade

O nomadismo ocupacional é apontado como um elemento gerador de uma experiência de insegurança e instabilidade nas classes trabalhadoras urbanas (Telles, 1992b). Apresenta-se sob uma elevada taxa de rotatividade (tempo de permanência no emprego anterior inferior a um ano) e configura situações de trabalho irregular, descontínuo, parcial, intermitente, ocasional, eventual, sazonal, temporário ou de duração determinada. Assim como o desemprego, as taxas de rotatividade variam em proporção inversa da qualificação ocupacional: 78,1% dos trabalhadores não-qualificados e 77% dos semiqualeificados ficaram menos de um ano em seus empregos anteriores (Telles, 1992b). A prática sistemática de rotatividade por parte das empresas é possível diante de uma oferta abundante de força de trabalho barata e facilmente substituível, configurando ocupações com alto potencial de substituição.

As trajetórias ocupacionais são configuradas por um movimento no qual a ausência ou precariedade de qualificação implicam a intermitência do vínculo, numa não-fixação no mundo do trabalho. O processo é de deslocamentos por atividades e por lugares em busca de atividades – migrações e 'virações' –, de diversidade de atividades em oposição a uma especialização num ofício, e de inserções segmentadas em detrimento da criação de vínculos mais permanentes e estáveis. Dessa maneira, os trabalhadores "vão somando experiências fragmentadas que não lhes asseguram uma identidade social" (D'Incao, 1995).

O setor da construção civil (modalidade freqüente de inserção anterior dos moradores de rua) apresenta uma alta taxa de rotatividade alimentada tanto por interesses das empresas quanto por interesses dos trabalhadores. De um lado, a empresa pode criar situações desagradáveis e cansativas para o trabalhador para

forçá-lo a pedir demissão; de outro, o trabalhador interessado em recompor o orçamento pessoal também é capaz de criar situações indesejáveis para a empresa (Sousa, 1994).

Luiz Augusto tem 31 anos. Ingressou no mercado de trabalho com 14 anos, ainda ‘de menor’, trabalhando como frentista num posto de gasolina. Saiu de lá porque mudou o dono. Aos 16 anos foi com o irmão para São Paulo, onde fez entregas para um supermercado durante sete meses. Quando voltou para o Rio de Janeiro foi trabalhar numa casa de saúde em Jacarepaguá, inicialmente na construção e depois na manutenção, com carteira assinada, durante quatro anos e oito meses. Saiu de lá porque o diretor mandou-o varrer o pátio e Luiz Augusto não quis porque, segundo ele, não era serviço seu. Diz ser oficial de eletricista e ter trabalhado como tal em várias empresas de construção civil: na Barra da Tijuca, esteve empregado numa empresa com carteira assinada e alojamento, durante oito meses, e em outra, também com carteira assinada e alojamento, durante quatro meses. Saiu das firmas por problemas de bebida. Trabalhou como servente de obra no Recreio dos Bandeirantes, sem carteira assinada mas com alojamento, e em outra obra, no mesmo bairro, sem carteira assinada e sem alojamento. Dormia na praia. Empregado desta última empreiteira, foi transferido para Realengo, onde voltou a ter alojamento. Diz que saiu por causa da bebida e conta o conflito com o encarregado, que lhe dissera para interromper o seu serviço e fazer outra tarefa. Luiz Augusto recusou-se e no dia seguinte “o cartão não estava no quadro”. Trabalhou também como eletricista, com carteira assinada, durante três meses. Saiu “pelo mesmo motivo” (bebida). Na última firma em que trabalhou (até dezembro de 96) como “meio-oficial de eletricista”, ficou durante três meses, sendo que dois meses de experiência, sem carteira assinada. Na rescisão de contrato consta um mês como período trabalhado. Luiz Augusto diz que não assinaram antes porque ficaram “enrolando”. Também teve conflitos nessa obra; queriam que ele fizesse hora-extra sem dar jantar: “deu nove horas e eu perguntei – cadê a janta? Sem janta não trabalho, não vou trabalhar com fome”. O encarregado retrucara: “amanhã não precisa vir, vai direto para o escritório”. Luiz Augusto me mostrou os documentos dessa rescisão de contrato, que continham incorreções no preenchimento. A Caixa Econômica Federal recusou-se a dar entrada no processo para recebimento do FGTS, e Luiz Augusto teria que voltar à firma e depois voltar várias vezes à CEF, para saber quando – e se – receberia algo em torno de 360 reais.²¹⁶

Marcelo teve uma inserção ocupacional estável: depois do serviço militar trabalhou durante sete anos numa firma, primeiro como *office-boy*, depois como

²¹⁶ Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97; Botafogo, quinta-feira, 20/3/97; Botafogo, quinta-feira, 3/4/97 – entrevista.

camareiro, com carteira assinada. Saiu porque teve uma briga com um dos diretores, que o responsabilizou por um dano num figurino. Depois trabalhou três anos, também com carteira assinada, numa loja de sapatos, fazendo entregas. Diz que saiu de lá porque “cansou”, quis sair e pediu as contas. Depois disso não trabalhou mais com carteira assinada.²¹⁷ Marcelo não faz uma associação direta entre desvinculação do mundo do trabalho e moradia nas ruas, mas os tempos coincidem (doze anos). Márcia e Vanda relatavam que trabalhavam desde pequenas vendendo amendoim, balas e doces. Dizem também terem trabalhado como domésticas, mas não fornecem muitos detalhes de suas trajetórias ocupacionais.²¹⁸

André, catador da rua Sorocaba, se diz eletricista. Começou a trabalhar aos oito anos. Estudava de manhã e vendia coisas à tarde. Também trabalhou na oficina de carros com o pai. Depois foi trabalhar numa fazenda, no interior da Bahia, onde o seu avô era peão. Voltou para Salvador, teve desentendimentos com o pai e “pegou a estrada”. No Rio de Janeiro, trabalhou numa empresa de construção civil, durante oito anos, com carteira assinada. Entrou como ajudante, passou para auxiliar de eletricista, depois foi semi-oficial e chegou a oficial de eletricista. Saiu de lá em 1994, devido, segundo ele, a uma redução de pessoal. Foi trabalhar em uma firma de limpeza com carteira assinada, no centro do Rio. Ganhava salário mínimo e não recebia vale-transporte. Às vezes não tinha dinheiro para pagar a condução. Foi dispensado também por “redução de pessoal”. André diz que se quisesse poderia deixar de ser catador e voltar a trabalhar na construção civil, mas “cansou de trabalhar em obra. É como comida, se comer todo dia a mesma coisa enjoa. Ele enjoou de obra”.²¹⁹

Cícero não tem profissão definida. Já fez de tudo um pouco. Quando morava com sua família (mãe, irmãos e, posteriormente, padrasto) em João Pessoa, trabalhou numa fábrica têxtil, além de outros lugares: “trabalhei em jornal, trabalhei... em várias coisas, quando eu tava desempregado trabalhava na feira ou de camelô, eu sempre inventava alguma coisa, sabe?”. Quando começou a viajar pelo país, Cícero procurou cidades litorâneas do Nordeste, onde trabalhava como ajudante em barracas ou quiosques de praia, vendendo alimentos e bebidas. No Rio de Janeiro reuniu-se a seus primos e trabalhou como marceneiro, fabricando móveis na garagem da casa onde moravam. Seu último trabalho foi como vendedor em loja no centro da cidade, há cerca de três anos atrás (1994). Tinha carteira assinada e calcula ter trabalhado cerca de oito meses. “Mas, depois o dono vendeu a loja e a outra pessoa que comprou botou tudo funcionário novo. Depois não trabalhei mais não”.²²⁰

²¹⁷ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

²¹⁸ Diário de campo, Copacabana, sábado, 19/4/97.

²¹⁹ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/; terça-feira, 4/3 e quarta-feira, 12/3/97.

²²⁰ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97; Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

Miguel também diz que fez de tudo um pouco. Começou a trabalhar como auxiliar de escritório numa agência de turismo em Lima, Peru. Como o salário era baixo foi trabalhar na oficina de consertos de instrumentos musicais da mãe. Veio para o Brasil encontrar um tio, proprietário de uma fábrica de artigos de couro em Piracicaba, interior do estado de São Paulo. Trabalhou com ele durante meses, recebendo uma remuneração irregular. Desentendeu-se com a tia, aplicou um golpe no tio e foi para a cidade de São Paulo. Trabalhou num restaurante clandestinamente por ser estrangeiro, exercendo atividades de garçom e de serviços gerais. Depois que veio para o Rio, há cerca de dois anos, Miguel menciona ter feito 'bicos' como garçom, ganhando 40 reais por serviço.²²¹

Alguns moradores de rua relataram trajetórias de desvinculações ocupacionais partindo de patamares de inserção assalariada formal qualificada, como Genivaldo, que fora gerente de pessoal de um colégio particular e também auditor para uma empresa de construção, tendo viajado muito pelo país. Em seu processo de degradação e ruptura dos vínculos ocupacionais, Genivaldo apontava a interferência do alcoolismo.²²² Walter, nascido no interior de São Paulo, onde era proprietário de terrenos, foi dono de um bar num subúrbio carioca e se tornou manobreiro em estacionamento no Humaitá, onde também funcionava como 'avião' de drogas. Walter atribuía a sua trajetória laboral descendente ao seu vício em drogas, particularmente cocaína.²²³

Escolaridade, qualificação e experiência

As informações relativas à escolaridade e níveis de instrução encontradas nas diversas pesquisas das populações de rua são apresentados na tabela 16.²²⁴

Brasília e Rio de Janeiro apresentaram percentuais de analfabetismo bem mais elevados do que os verificados nas cidades de Porto Alegre e São Paulo. O predomínio da origem rural dos entrevistados pode explicar essa taxa apenas no Distrito Federal. No Rio de Janeiro observa-se, entre 1986 e 1991, uma diminuição da taxa de analfabetismo, com uma concentração de moradores de

²²¹ Diário de campo, Copacabana, quarta-feira, 9/4/97; Botafogo, segunda-feira, 14/4/97.

²²² Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, quinta-feira, 23/11/95.

²²³ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 26/11/95.

²²⁴ Como assinalado na abordagem metodológica os quadros apenas esquematizam as informações disponíveis sobre moradores de rua em diversas cidades, sem nenhum intuito comparativo.

Tabela 16 - Grau de escolaridade de moradores de rua

Grau de escolaridade	Porto Alegre	São Paulo ²²⁵	Distrito Federal	Rio de Janeiro	
				1986	1991
Analfabetos	13,5	13,0 ²²⁶	33,0	30,3	20,7
Alfabetizados				21,8	21,8
Semi-analfabetos	1,8				
1º grau incompleto	62,2	65,0	55,0	34,0	47,8
1º grau completo		15,0	7,0	9,8	3,1
2º grau incompleto			1,0	2,8	3,1
2º grau completo		6,0	3,0	1,3	1,4
Sem informação					1,8

Fonte: PUC/RS, 1995; Sebes/SP, 1992; Bursztyn & Araújo, 1997; FLXIII, 1991

rua que não completaram o primeiro grau.²²⁷ Nas quatro cidades, entre 50 e 65% da população estudada tinham esse (reduzido) grau de escolaridade, mesmo na cidade de São Paulo, onde a população de rua apresentou os melhores indicadores. Assim, a maioria da população de rua é constituída por analfabetos funcionais, isto é, indivíduos que passaram pela escola mas não utilizam os conhecimentos no dia-a-dia.²²⁸

Foram encontrados nas quatro localidades, ainda que em baixa proporção, moradores de rua com níveis de escolaridade relativamente elevados – 2º grau completo e cursos técnicos, o que permite observar que processos de desvinculação e ruptura também acometem indivíduos melhor situados na escala sócio-educacional. Entretanto, essa não é a condição típica dos moradores de rua.

As pesquisas sobre a construção civil (Sousa, 1994) e sobre os catadores do aterro sanitário de Jardim Gramacho (Souza, 1995) permitem caracterizar inserções que tangenciam as trajetórias ocupacionais dos moradores de rua. Nessas ocupações também foram observados baixos níveis de escolaridade. Entre os trabalhadores do 'lixão', a taxa de analfabetismo foi da ordem de 33,5%

²²⁵ Distribuição média dos níveis de escolaridade da população de rua atendida em três modalidades de serviços: abrigos, casas de convivência e albergues.

²²⁶ Agrega analfabetos e semi-analfabetos – apenas assinam o nome.

²²⁷ Levantamentos da SMDS/RJ e da FLXIII, em 1991, apresentaram a mesma taxa de analfabetismo (20%) e discreta diferença entre os que tinham 1º grau incompleto: 43% (SMDS) e 47,8% (FLXIII).

²²⁸ Pesquisa da ONG Ação Educativa indicou que a autonomia do cidadão a respeito da escrita e da leitura é obtida a partir da 5ª série. Haddad, Sérgio. *Jornal do Brasil*, 19/abr./98.

e um contingente de 32% não tinham concluído o 1º grau. Por ser um serviço que não exige nenhum tipo de qualificação técnica, o lixão é uma opção para aqueles que já estão nas franjas do sistema (Souza, 1995). Os operários da construção civil também apresentaram baixo nível de escolaridade – 59,68% possuíam o 1º grau incompleto, 19,46% não tinham nenhuma instrução e apenas 12,21% tinham o 1º grau completo (Sousa, 1994).

Nas fichas de moradores de rua da Comunidade Evangélica de Jesus, a escolaridade era assinalada de duas maneiras: se o indivíduo era alfabetizado ou analfabeto, e o seu nível de escolaridade. Deveria existir a coincidência entre número de alfabetizados e o total segundo níveis de escolaridade, porém isso não aconteceu. Oito alfabetizados não declararam seus níveis de escolaridade.

Tabela 17 - Moradores de rua alfabetizados e analfabetos. Comunidade Evangélica de Jesus – 1993-1995

Alfabetização	Número	%
Analfabetos	43	17,6
Alfabetizados	188	77,0
Sem informação	13	5,3
TOTAL	244	100,0

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995

A distribuição da população de rua da Comunidade Evangélica de Jesus segundo níveis de escolaridade revela a fragilidade dessa predominância de alfabetizados. Dos 80% para os quais essa informação está disponível, mais de 50% tinham entre nenhuma escolaridade e uma escolaridade máxima de 1º grau incompleto. Já foi assinalado que a característica mais fortemente associada à pobreza é o nível educacional (Rocha, 1995). Sabe-se também que é maior a proporção de chefes analfabetos ou com até três anos de escolaridade nos domicílios urbanos pobres indigentes (Lopes, 1992).

Tabela 18 - Moradores de rua segundo níveis de escolaridade. Comunidade Evangélica de Jesus, 1993-1995, e Rio de Janeiro, 1986 e 1991

Níveis de escolaridade	Número	%	Rio de Janeiro (%)	
			1986	1991
Nenhum	13	5,3		
1ª a 4ª série	58	23,7		
5ª a 7ª série	60	24,6		
1º grau incompleto	118	48,4	34,0	47,8
1º grau completo	27	11,1	9,8	3,1
2º grau incompleto	6	2,5	2,8	3,1
2º grau completo	27	11,1	1,3	1,4
Técnico	1	0,4		
Universitário	1	0,4		
Sem informação	51	20,9		1,8
TOTAL	244	100,0		

Fonte: Comunidade Evangélica de Jesus, 1995; FLXIII, 1991

As informações encontradas nas pesquisas de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro indicam que a maioria dos moradores de rua não tem ou tem baixa qualificação ocupacional.

É pequeno o grupo de moradores de rua que não tem nenhuma experiência anterior de trabalho (o que é verificado entre adolescentes e jovens adultos com uma história institucional pregressa). Porém, as trajetórias no mundo do trabalho são percorridas num espaço social entre as 'franjas marginais' (os catadores do aterro sanitário, algumas ocupações da construção civil e atividades em serviços domésticos e limpeza) e as desvinculações temporárias, prolongadas ou permanentes do mercado de trabalho.

As trajetórias ocupacionais dos catadores no aterro sanitário de Jardim Gramacho (RMRJ) guardam similaridades com as dos moradores de rua, eventualmente também catadores de lixo em bairros da Zona Sul da cidade: 65% dos catadores não possuíam qualquer profissão. As áreas profissionais mais citadas foram: construção civil (28,7%), serviços de reparação e manutenção de veículos (12,5%), pedreiro (11,1%), carpintaria (11,1%) e serviços domésticos (9,25%). Esses dados, segundo a autora do estudo, reforçam a hipótese de que o aterro é um local para onde são expelidos os indivíduos que estão nas franjas do sistema (Souza, 1995).

As experiências ocupacionais anteriores são caracterizadas por alternância de atividades, segmentação dos vínculos e precariedade de rendimentos. Rosângela Faria Rangel (1996) refere-se a “experiências profissionais ligadas à prática”, caracterizando ofícios de baixa ou nenhuma qualificação profissional. O acúmulo de experiência e conhecimentos específicos de trabalho é dificultado pela rotatividade – entre vários locais de trabalho e, também, entre ofícios. Os conhecimentos adquiridos por experiências ligadas à prática, sem a formalização educacional, são desvalorizados, e o trabalhador que só tem acesso a essa forma de qualificação encontra grandes dificuldades em ultrapassar os escalões inferiores da estratificação ocupacional (D’Incao, 1995).

O trabalho precoce tem interferência direta sobre o processo educacional: na associação trabalho-estudo surge o cansaço, a dificuldade de concentração e de aprendizado, a repetência e o abandono da escola. As taxas de escolaridade e os níveis de instrução revelam suas conseqüências perversas nas condições desvantajosas de acesso e posicionamento no mercado de trabalho. Entretanto, essa é apenas uma das faces (mensurável, por certo) de acesso e participação no processo cultural que envolve informação e conhecimento.

Nos depoimentos e entrevistas foram mencionadas algumas das dificuldades encontradas para a permanência na escola. Rodrigo, de 13 anos, cursou até a 3ª série num Centro Integrado de Educação Pública (Ciep). Entrou no curso de alfabetização aos oito anos, repetiu a 1ª e a 2ª séries e diz que repetiria também a 3ª série quando largou a escola, em 1996. A irmã, que tem 16 anos, estuda no mesmo Ciep e está na 5ª série. Rodrigo revela o futuro condicionado pela escolaridade, os limites impostos em suas perspectivas: diz que gostaria de ser salva-vidas, mas “é difícil” porque exige o 2º grau. Já que o sonho não será possível, Rodrigo então vai ser guardador de carros.²²⁹

Luiz Augusto cursou até a 6ª série em escolas públicas. Depois de começar a trabalhar, continuou estudando de noite durante dois anos, mas “ficou puxado” e ele parou. Diz que gostava da escola e de estudar, mas o trabalho era mais importante, “pela necessidade”. Depois fez um curso de eletrônica, mas teve que deixar por falta de dinheiro.²³⁰ André, catador da rua Sorocaba, estava na 4ª série quando foi expulso da escola porque era “levado” e brigava muito. Desde os oito anos estudava de manhã e vendia coisas à tarde. Não gostava da escola: “nunca fui bom pra estudar”. Depois que veio para o Rio de Janeiro e trabalhou na construção civil, obteve o diploma de eletricista pelo Senai, mas diz que aprendeu tudo na obra e depois foi só fazer o exame para obter o diploma.²³¹

²²⁹ Diário de campo, Botafogo, domingo, 2/3/97.

²³⁰ Diário de campo, Copacabana, quarta-feira, 5/3/97; Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

²³¹ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 3/3/97; quarta-feira, 12/3/97.

Solange também dizia que nunca tinha sido “boa pra estudo” e fazia um gesto como se apagasse da testa um quadro negro interior.²³²

Miguel e Cícero apresentavam o tédio como motivo de desistência. Miguel completou o 2º grau e fez vestibular para Direito – “não entrei para lá por um ponto”. Fez vários cursos – de telex, computação, desenho arquitetônico, mas não os completava: “todas as minhas coisas eu canso, só faço a metade, me encheu o saco, eu tchum!, saio fora”. Mesmo com essa bagagem educacional, as alternativas ocupacionais de Miguel não eram muito mais amplas do que aquelas de que os demais moradores de rua menos qualificados dispunham. Ser um imigrante clandestino certamente condicionava suas opções. Cícero estudou até o 1º ano do 2º grau, mas desistiu: “não tinha mais cabeça pra estudar não, eu não conseguia me concentrar, eu sempre estudei mas eu tinha muita dificuldade”. Fez vários cursos técnicos no Senai, no Senac e em firmas em que trabalhou, mas não persistiu: “eu desistia daquilo dali, tá entendendo?, eu não fazia nada assim completo”.²³³ Marcelo estudou até a 7ª série e parou, segundo ele, por “problema de bronquite, não dava mais pra estudar”.²³⁴

A baixa escolaridade encontrada entre os moradores de rua não significou uma desvalorização ou menosprezo em relação à instrução e ao conhecimento. Num contexto tão precário, o saber ler com facilidade, mais que uma qualificação, adquire o estatuto de um verdadeiro talento. Tampouco significou ausência do prazer de leitura e da avidez de informação, porém a moradia nas ruas interfere, limitando o acesso e condicionando as leituras. Araújo, que estudara até a 5ª série, dizia ler os jornais todos os dias, o que o tornava sempre bem informado sobre os últimos acontecimentos e possibilitava que manifestasse suas opiniões a respeito.²³⁵ Luiz Augusto contou que gosta de ler gibi e jornal: “nos dias de semana gosto de crime e futebol e no fim-de-semana leio os classificados”.²³⁶ Chicão, o mais velho dos catadores da rua Sorocaba, dizia gostar de livros de piadas e novelas policiais que são vendidas em bancas de jornal, mas que o seu livro sobre eles, que são “mindingos”, “ninguém vai querer ler não”.²³⁷ Cícero dizia ler todos os dias: “mesmo que seja jornal atrasado eu tenho que ler... jornal, revista, livro, sempre ando com coisa pra mim ler. Quando começo a ler um livro não paro mais, tá entendendo? Eu fico sozinho na praia, eu leio o livro todinho”.²³⁸ Marcelo também dizia gostar muito de ler, lia tudo que lhe caía nas

²³² Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 5/4/97.

²³³ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 14/4/97; Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

²³⁴ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

²³⁵ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.

²³⁶ Diário de campo, Botafogo, quinta-feira, 20/3/97.

²³⁷ Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97.

²³⁸ Diário de campo, Copacabana, quinta-feira, 17/4/97.

mãos, que não podia passar um dia sem ler senão ficava ansioso, como se fosse um vício, lia qualquer coisa, “até classificado”.²³⁹

Condições de trabalho e rendimentos

Os moradores de rua entrevistados mencionaram com frequência as precárias condições de trabalho anteriores, assim como relações conflituosas com patrões e/ou encarregados. Foram relatadas relações disciplinadoras, autoritárias, desrespeitosas e de exploração, com a extensão do horário de trabalho e a ampliação das tarefas a desenvolver. Essas características dos vínculos ocupacionais anteriores à moradia nas ruas, juntamente com os baixos rendimentos, configuravam situações ocupacionais desvalorizadas pelos trabalhadores. Eram consideradas como trabalho ‘escravo’, antepondo-se ao trabalho ‘bom’, isto é, aquele que reunisse condições de autonomia com rendimentos regulares. A comparação com a situação anterior possibilitava que os moradores de rua valorizassem as atividades que realizavam nas ruas no momento da entrevista, pois estas conferiam uma renda mínima – similar à anterior – porém com altas doses de liberdade e autonomia.

Nas inserções na construção civil e como catadores do aterro sanitário de Jardim Gramacho, independentemente do grau de formalização da relação trabalhista, alguns aspectos foram reiteradamente mencionados: o prolongamento da jornada de trabalho, a insuficiência e a má qualidade da alimentação, a falta de segurança e de condições de higiene e os baixos rendimentos.

Assim, as condições de trabalho, a precariedade de rendimentos e os baixos níveis de consumo assinalados nas trajetórias ocupacionais anteriores estão em patamares muito próximos aos observados tendo a rua como habitação. Há contigüidade entre situações de pobreza abrigada e inserida no mercado de trabalho, e a condição de morador de rua. Essas ocupações, já caracterizadas como ‘pauperizadas’, por vezes limitam os padrões de consumo a tal ponto que, em termos de alimentação, a pobreza desabrigada passa a ser avaliada positivamente. Muitos depoimentos assinalavam que já tinham passado fome, mas poucos na rua.

A precariedade dos rendimentos e os limites do consumo em patamares que colocam em risco a sobrevivência conduzem, mesmo na pobreza abrigada, à necessidade de complementar trabalho e pedido. No caso dos ‘com teto’, a solicitação é de doações de particulares ou instituições assistenciais de alimentos, vestuários e outros pequenos bens ou serviços. Essa complementaridade

²³⁹ Diário de campo, Botafogo, segunda-feira, 21/4/97.

entre trabalho e pedido irá se reproduzir no cotidiano dos moradores de rua, que conjugam 'subatividades' de rua e mendicância: "ora o trabalho será complemento do pedido, ora o sentido será inverso, interferindo na organização do tempo e na construção da identidade dos atores" (Neves, 1995b).

Nas trajetórias ocupacionais um conjunto significativo de moradores de rua teve emprego fixo com carteira assinada. Isso indicaria que a população de rua seria parte do fluxo de expulsão do mercado formal. Entretanto, as pesquisas não apreendem a temporalidade dos vínculos nem a alternância entre as inserções nos mercados formal e informal. Os moradores de rua entrevistados mencionaram um ou mais episódios de assalariamento formal, porém essa condição não significara melhoria nas condições de trabalho e de proteção social, nem tampouco o estabelecimento de vínculos suficientemente sólidos sobre os quais estabelecer uma identidade e um modo de vida.

Foi possível observar tanto a falta de conhecimento de instrumentos de proteção social que poderiam ser utilizados, quanto a utilização de mecanismos de proteção trabalhista como verdadeiras estratégias de sobrevivência. Luiz Augusto, oficial de eletricitista, e Manuel, jardineiro, relataram experiências em que os patrões "ficam enrolando" para assinar a carteira de trabalho. Os dois criticam as estratégias dos empregadores que estabelecem uma intensa rotatividade dos trabalhadores amparados no período de experiência legalmente autorizado: passados os três meses de experiência, o trabalhador é dispensado. Luiz Augusto nunca solicitou o seguro desemprego e desconhecia tanto os mecanismos para obtenção do benefício quanto o valor do mesmo. Já o 'lancheiro' Roni, colega inicial de andanças de Luiz Augusto, parecia fazer uso da proteção social como estratégia de sobrevivência: "botava os sujeitos no pau", ou seja, entrava com ações na Justiça do Trabalho. Ele já tinha duas audiências marcadas de ações trabalhistas anteriores e naquele dia andara de Botafogo até o centro da cidade para falar com seu advogado e colocar "no pau" seu último ex-patrão, o dono de uma lanchonete.²⁴⁰

Embora seja difícil avaliar o grau de informalidade nas atividades anteriores dos moradores de rua, é possível observar que o critério da proteção assegurada (teoricamente) pela existência da carteira de trabalho assinada não configurava um parâmetro na busca e na escolha de atividades ocupacionais. Não é o setor informal como um todo que pode se revelar vantajoso em seus atributos de independência patronal, ausência de horários rígidos e possibilidades de rendimentos mais elevados. As atividades que poderiam ser caracterizadas como trabalho autônomo, quando mencionadas como atividades anteriores dos moradores de rua, localizavam-se nos

²⁴⁰ Diário de campo, Copacabana, terça-feira, 4/3/97.

estratos inferiores de rendimentos. As alternativas possíveis estavam relacionadas ao setor informal, constituído pelo assalariamento sem carteira assinada, caracterizado pela regulação patronal, cargas horárias definidas (e, por vezes, extensas) assim como rendimentos inferiores aos parâmetros legais. Nesses casos o trabalhador estava inserido no processo produtivo porém em situação marginal.

As vulnerabilidades na dimensão do trabalho e rendimentos são constituídas por rotatividade entre informalidade e formalização precária. Esse conjunto de inserções ocupacionais vulneráveis – em rendimentos que assegurem uma sobrevivência autônoma e em vínculos que confirmem uma identidade de trabalhador – caracteriza as modalidades mais adversas de inserção dos pobres no mercado de trabalho, que condicionam em limites muito estreitos as perspectivas de futuro. Aqueles que desde o ingresso no mercado de trabalho apresentavam precariedades e fragilidades, como baixa escolaridade e ausência de qualificação ou afastamento da unidade familiar de suporte, vão vivendo as experiências que pavimentam um caminho de desvinculações parciais e constantes (desemprego recorrente).

IDENTIDADE: trabalhador

Mesmo em se tratando de uma sociedade em que não há pleno emprego – “somos plenos de trabalho informal ou economia submersa” (Sposati, 1995) – o cidadão e o trabalhador são duas categorias que se confundem no imaginário social. O trabalho é o critério para determinar a legitimidade e a dignidade da existência do cidadão. A identidade do trabalhador está constituída por um lado pela auto-representação, mediadora ou não da identidade de provedor, em que o indivíduo se reconhece como integrante do mundo do trabalho. Por outro lado, interfere também na identidade de trabalhador, a representação (reconhecimento, legitimidade e valorização) que a sociedade tem de suas atividades ocupacionais enquanto trabalho digno, produtivo e socialmente útil.

A auto-representação como trabalhador está balizada em oposição à representação dos outros que, no caso dos moradores de rua, são mendigos e ladrões. Na própria identificação como trabalhadores revelam a permanência de vínculos (ainda que simbólicos) com a esfera do trabalho. Assumem os valores mais gerais da sociedade que estabelecem o primado do trabalho como modo legítimo e única via para uma vida autônoma. Os moradores de rua reproduzem os valores dominantes também quando se diferenciam entre si estabelecendo hierarquias: entre desempregados segundo o ofício exercido

anteriormente, e segundo as atividades que conseguem exercer nas ruas; entre desempregados e mendigos e entre necessitados e 'parasitas'.²⁴¹

Entretanto, identificar-se como trabalhador desempregado não significa ser oriundo de experiências inseridas na cultura do trabalho industrial. A disciplina do trabalho, a carga horária e as demais exigências do vínculo ocupacional formal e regular são contestadas como excessivas (humilhantes, degradantes) frente aos baixos rendimentos, à monotonia das atividades realizadas e ao tédio que prepondera na sua vinculação com o trabalho. Assim, não é toda e qualquer atividade laboral que é valorizada e que confere o estatuto e a identidade de trabalhador; dependendo do grau de exploração e da precariedade de rendimentos, mesmo para o morador de rua desempregado, trabalhar pode ser coisa de 'escravo' ou 'otário'.

Os catadores de lixo do aterro sanitário assumem uma posição ambígua em relação à identidade de 'xepeiros'. A ocultação da identidade muitas vezes é contrastada com tentativas de encarar a catação como um trabalho qualquer. Dentro do 'lixão', onde todos estão na mesma condição, a identidade do catador é assumida e reforçada por histórias que revelam atitudes de bravura. Fora do 'lixão', assumir tal trabalho pode significar vergonha e segregação (Souza, 1995). A negação ou a dissimulação da condição, nem sempre possível, revela que as representações sociais foram interiorizadas pelos trabalhadores. Na análise de Neves (1995b), é a partir da internalização da desqualificação que o trabalhador cria novas formas de sobrevivência.

A identidade de trabalhador que se depreende da realização de certas atividades qualificadas como indignas, humilhantes e degradantes pode ter como contrapartida que o seu exercício possibilita, ainda que precariamente, cumprir o papel de chefe provedor e com isso readquirir os atributos de dignidade, legitimidade, autoridade e respeito.

As trajetórias ocupacionais anteriores dos moradores de rua constituem, em sua maioria, modalidades de inserções marginalizadas em relação aos setores dinâmicos da economia, assim como em relação às posições ocupadas no mercado de trabalho – ausência de regularidade, formalização e proteção social. Essas modalidades de inserção marginais garantem a sobrevivência física em níveis de pobreza e de indigência mas, principalmente, garantem a “sobrevivên-

²⁴¹ O sistema classificatório dos comportamentos dos que vivem na rua inclui parasitas, criminosos e mendigos. 'Parasitas' seriam os que dispõem de recursos materiais para sobreviver (família com algum recurso financeiro, direito à previdência) mas se valem da caridade pública; 'criminosos' são aqueles com histórias explícitas ou supostas de infração que se valem da caridade e de pequenos furtos para sobreviver; 'mendigos' são os que por infortúnio estão desprovidos de família e trabalho ou estão impossibilitados de trabalhar por deficiência física ou mental ou ainda por serem alcoólatras ('biriteiros') (Neves, 1983).

cia social, pela criação e recriação da identidade social do trabalhador” (Neves, 1995b). Para conseguir cumprir o papel de chefe provedor (e fugir da desmoralização exorcizando a acusação de vagabundo) são aceitas ocupações sem sentido econômico mas plenas de significados sociais. São, nos dizeres da autora, modalidades aceitas de miséria que mascaram a exploração em alto nível justamente porque propiciam o afastamento de acusações morais e, assim, da desclassificação social.

As ocupações anteriores dos moradores de rua, com ou sem sentido econômico – porém sempre plenas de sentido social – são modalidades de inserção extremamente vulneráveis e, portanto, nos limiares da desvinculação. Esses trabalhadores estão nas franjas da ‘figura civil do trabalhador’ e permanentemente ameaçados de vir a constituir o ‘pobre incivil’. Mesmo realizando atividades regulares e fazendo funcionar as engrenagens do sistema, passam a fazer parte da esfera do não-trabalho cujas regras não são regidas por direitos universais – “são destituídos das proteções legais e, sobretudo, são destituídos desse reconhecimento e legitimação que se processa na trama organizada da representação e negociação” (Telles, 1994b). A ausência de reconhecimento e legitimação do modo de vida, a discriminação e estigmatização do ofício podem ser observadas nas ocupações de coleta e separação do lixo, mesmo quando exercidas por pessoas que não moram nas ruas.

As modalidades de inserção no mundo do trabalho dos moradores de rua – suas vulnerabilidades e seus limiares de desvinculação – podem ser caracterizados como integrantes de um processo cumulativo de vulnerabilidades e exclusões, em que o exercício de uma atividade, além de limitado nos rendimentos, não confere suporte identitário de trabalhador.

PROCESSO DE DESVINCULAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Entre as situações de vínculos ocupacionais vulneráveis e a condição de morador de rua há uma série de mediações e barreiras protetoras, anteparos que interferem no processo impedindo uma análise mecânica e determinística de destino inexorável.

O principal vínculo de inserção nas sociedades modernas continua sendo o que se desenvolve a partir da esfera do trabalho, mesmo considerando as transformações que revelam a sua perda da centralidade e anunciam o fim da sociedade de trabalho. Assim sendo, os processos de vulnerabilização, fragilidade e desvinculação na dimensão econômico-ocupacional adquirem relevância

na configuração do fenômeno da exclusão social. Apesar dessa preponderância, a sociedade pode mobilizar anteparos às trajetórias de desvinculação laboral por meio de direitos e proteções que viabilizem inserções (e inclusões) nas demais dimensões da existência – social, política, cultural e humana.

Esses anteparos às trajetórias de desvinculação na esfera do trabalho tradicionalmente se constituíram tendo por base a unidade familiar e a comunidade territorial, e desenvolveram-se em regulamentações sociais que protegeram os trabalhadores contra os riscos dessa modalidade específica de inserção, sob a égide de um Estado de Bem Estar Social. No caso do Brasil, é importante voltar a frisar, a família manteve-se como o principal suporte para a participação no mercado de trabalho.

Na medida em que esses anteparos sociais e, principalmente familiares, são restritos, frágeis ou mesmo inexistentes, as modalidades de integração possíveis – seletivas, parciais, marginalizadas, ‘patológicas’²⁴² – congregam indivíduos no interior de uma ‘franja’ sob a permanente tensão da desvinculação completa e expulsão.

Os vínculos com o mundo do trabalho que se estabelecem no sistema capitalista pressupõem o trabalhador livre. Livre das tutelas e constrangimentos de sistemas anteriores e livre, paradoxalmente, porque sem possibilidade de reprodução senão pelo trabalho. Porém, na sociedade capitalista, essa liberdade não pode ser a de negar o trabalho. Daí decorrem conteúdos morais que dão positividade ao trabalho e ao trabalhador, que valoriza o fato de trabalhar (Neves, 1995b).

A separação entre trabalhadores diretos e meios de produção, a acumulação primitiva, o assalariamento crescente, a urbanização e a geração de uma superpopulação relativa constituíram os elementos nodais da expansão do capitalismo, cujas perspectivas de inclusão crescente de novos grupos sociais e, mesmo, de populações inteiras, parecia ilimitada no período entre o pós-2ª Guerra Mundial e meados da década de 70 (Fontes, 1997).

A centralidade dos vínculos com o mundo do trabalho em relação aos demais vínculos sociais, assim como a modalidade típica de inserção representada pelo trabalho assalariado, constituíram as referências sociais básicas dos últimos quarenta anos. Esse modelo hegemônico incorpora o mercado de trabalho e os vários mercados de consumo associados, assim como os mecanismos – sociais e sistêmicos – para essa integração.

²⁴² Como o racismo que “é uma forma patológica de integração democrática, uma consequência da necessidade de ver no colonizado ou no selvagem um igual. O racista, mediante a racialização do indivíduo, incorpora-o ao seu próprio mundo, reencontrando dessa maneira uma posição na sociedade” (Lapeyronnie, 1993 apud Peralva, 1994).

• O trabalho desempenha um papel central na organização da existência individual por meio de dois mecanismos principais: a integração social, em que o trabalho pode ser normativamente sancionado como um dever moral (o trabalho como ponto central de uma vida honesta e moralmente boa), e a integração sistêmica, em que o trabalho é estabelecido como uma necessidade (o trabalho como condição de sobrevivência física) (Offe, 1989). Dito de outra maneira, o trabalho tem um significado social e um sentido econômico. O significado social é a criação e recriação da identidade social do trabalhador (Neves, 1995b). O sentido econômico ainda poderia ser desdobrado segundo sua participação ou não na produção e acumulação de riquezas (significado macroeconômico) e segundo os níveis de vida (em termos microeconômicos, da existência individual) viabilizados por determinadas modalidades de inserção.

O assalariamento, a mercantilização da força de trabalho, constituiu segundo Fontes, uma inclusão forçada no processo de mercantilização da vida social, ou seja, na generalização das relações mercantis de cunho capitalista. A autora enfatiza a distinção: estar fora do processo de assalariamento não significa ficar fora ou à margem do mercado capitalista. Para caracterizar algum grupo como permanecendo fora do mercado seria necessário que ele fosse capaz de garantir sua subsistência independentemente das formas mercantis, ou recorrendo a elas de maneira apenas acessória. Como o mercado não permite externalidades²⁴³ ao mecanismo de inclusão forçada se incorpora uma exclusão interna – não há possibilidades de sobreviver fora do mercado mas no seu interior é mantido nas margens (Fontes, 1997).

O movimento de expansão capitalista implica a constituição de uma superpopulação relativa, excedente, de um ‘exército industrial de reserva’, que desempenha um papel importante na acumulação ao pressionar o rebaixamento do valor da reprodução da força de trabalho e aumentar a subordinação do trabalhador ao capital pela ameaça constante de ser substituído (Kowarick, 1985). O modo capitalista de produção e acumulação gera e comporta estruturalmente exclusões intrínsecas e necessárias que adquirem formas e expressões conjunturais de desemprego e subemprego.

Mesmo com o predomínio do assalariamento, no apogeu da sociedade salarial, num país central como a França, durante os ‘trinta anos de ouro’ (1945-1975), a fragmentação se apresentava num “*continuum* de posições, numa constelação caracterizada por mudanças contínuas e flutuações que apagam as fronteiras e as substituem por transições perfeitamente contínuas” (Castel, 1995). Nesse *continuum* o autor distingue entre grupos de posições dominantes e do-

²⁴³ “O mercado é uma forma que não comporta exterioridades; mesmo sendo expulso do mercado, ainda é mantido em suas margens e suas margens estão sempre no seu interior” (Balibar, apud Fontes, 1997).

minadas e analisa a sociedade salarial através da coexistência de blocos²⁴⁴ segundo suas inserções no assalariamento. Os quatro blocos que integram os grupos de posições dominadas são assim caracterizados:

- bloco ‘tradicional’ – profissionais independentes vencidos pela modernização;
- bloco ‘popular’ – trabalhadores e empregados inscritos no *continuum* de posições que, apesar das incontestáveis melhorias nos seus padrões de consumo, ainda ocupam um lugar subordinado na configuração salarial;
- bloco ‘periférico ou residual’ – força de trabalho marginalizada em ocupações instáveis, sazonais e intermitentes; estes trabalhadores são deixados ao sabor da conjuntura e sofrem prioritariamente os golpes das variações das demandas de mão-de-obra;
- bloco ‘quarto-mundo’ – populações que jamais entraram na dinâmica da sociedade industrial, consideradas como uma “herança do passado”, uma franja limitada de marginais ou associas que não parecem colocar em questão as regras gerais das trocas sociais nem a dinâmica do progresso da sociedade (Castel, 1995).

A sociedade salarial, apesar de integrada por variados grupos e blocos de posições, inclusive por parcelas marginalizadas e excluídas do processo de assalariamento, pôde desenvolver uma estrutura relativamente homogênea por meio do predomínio do vínculo assalariado formal mas, sobretudo, da adoção, pela maioria dos membros desta sociedade, “do assalariamento como um princípio único que ao mesmo tempo os reúne e os separa, e assim funda sua identidade social” (Castel, 1995).

Assim, antes das transformações mais recentes, o mercado de trabalho francês já apresentava uma fragmentação complexa na qual, sob a hegemonia do assalariamento, coexistiam diversas formas de inserção, diversidade em parte oriunda da perda de centralidade do trabalho industrial deslocado pelo predomínio do setor de serviços.

No caso brasileiro, em que o mercado de trabalho inseriu parcelas significativas da população através de mecanismos informais, a marginalização dos trabalhadores adquiriu especial relevância, evidenciando formas de incorporação seletiva nas quais preponderou o trabalho como mecanismo de integração sistêmica (necessidade). Entretanto, o trabalho se manteve como parâmetro moral. O hiato entre o que conforma a identidade do trabalhador – uma inserção formalizada que confere uma posição social legitimada e com direitos – e as dificuldades encontradas no mercado laboral, impede que a esfera do trabalho forneça

²⁴⁴ O autor argumenta que a categoria classe, no sentido pleno da palavra, não existe senão quando é constituída numa dinâmica social que a torna portadora de um projeto histórico que lhe é próprio (Castel, 1995).

uma medida comum, os parâmetros públicos para o estabelecimento de comensurabilidade possível, o que desorganiza a vida das pessoas, fazendo prevalecer outras lógicas (privadas) com implicações nas representações sociais do trabalho e dos trabalhadores – a maneira como se enxergam e como são vistos. (Telles, 1993)

Essa privatização da experiência social desloca da esfera do trabalho para o âmbito familiar o *locus* dominante de integração social (dever moral) e, em contraste com as sociedades centrais, a inserção ocupacional funciona como intermediária na constituição da identidade do provedor-trabalhador.

A partir de meados da década de 70 começaram a ser percebidas e apontadas transformações nos processos produtivos e de acumulação capitalistas que tornou ainda mais complexa a fragmentação do mercado de trabalho. O que foi denominado de crise e agonia da sociedade de trabalho significa que as metamorfoses em curso inviabilizam o fato de que o trabalho se mantenha como princípio central da organização social. Nesse sentido são apontadas as transformações tecnológicas que tornam a incorporação de mão-de-obra cada vez mais seletiva e que desvinculam a acumulação capitalista do processo de exploração da força-de-trabalho. A lógica da fase atual do capitalismo é a obtenção do lucro pelo não-trabalho, é “a mais-valia do não-trabalho” (Forrester, 1997). Todas as reestruturações gerenciais, a ‘reengenharia produtiva’, se pautam pela limitação ao máximo do número de empregos restritos aos altamente qualificados. Desta forma, o lucro não é apenas independente do trabalho mas entra em oposição a este.²⁴⁵

As manifestações mais evidentes dessas metamorfoses apontam para a desindustrialização, com o deslocamento de capital (e dos empregos) para o setor de serviços, a retração do mercado de trabalho, o desassalariamento e a desqualificação do emprego (e não só da força de trabalho) (Silva, 1997). As conseqüências se fazem sentir na diversificação das modalidades de inserção (aumento da fragmentação), no desemprego e, mais caracteristicamente, na crescente superfluidade de grandes contingentes populacionais.

Entretanto, esse processo de transformação do mercado de trabalho na sociedade francesa está associado a dois outros fatores de igual importância: por um lado, o abandono progressivo do compromisso do Estado com o pleno emprego e com o bem-estar social (discursivamente sustentado nas mudanças das regras da competição internacional e nas necessárias políticas de ajuste fiscal) e, por outro lado, em mudanças de valores, nas quais há uma descentralização do trabalho em relação a outras esferas de vida: “o trabalho não só foi desloca-

²⁴⁵ A autora exemplifica com a alta das bolsas de valores provocada pela demissão em massa de funcionários da Xerox, e com a queda dos índices financeiros quando o Secretário do Trabalho norte-americano anunciou uma diminuição das taxas de desemprego — à custa de empregos precários e mal remunerados (Forrester, 1997).

do objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria (...) mas também (...) está perdendo seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores” (Offe, 1989).

Nesse contexto de alta instabilidade, surgem as trajetórias de desvinculação do eixo do mundo do trabalho, situações de precariedade e instabilidade que alimentam uma dinâmica de desemprego recorrente e que freqüentemente conduzem ao desemprego de longa duração e ao afastamento integral do mercado de trabalho, acometendo faixas da população que já não podem ser consideradas como marginais ou residuais. Constituem portanto trajetórias sucessivas de fragilização (precariedade e instabilidade) e rupturas temporárias dos vínculos com o mundo do trabalho formal caracterizado pelo binômio remuneração/proteção (Castel, 1991).

Essas transformações que operam em escala mundial desenvolvem-se em contextos nacionais específicos. No Brasil, a precarização do trabalho, assim como o crescimento da ocupação informal, “fez parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil” (Oliveira, 1981). Do ponto de vista da acumulação os setores marginais e dinâmicos estão integrados ainda que seja às custas da existência de uma “mão-de-obra superexplorada que vai prestar serviços às classes médias e dominantes a custos baixíssimos” (Oliveira, 1997).

A marginalização dos grupos sociais foi resultante da fase monopolista de um capitalismo dependente, cuja característica principal foi a de ser desigual e combinado. Enxertos advindos da dinâmica econômica predominante nos países centrais não penetraram nas sociedades latino-americanas de forma coordenada e integral, originando mudanças abruptas no processo de acumulação sem que seus efeitos se generalizassem para o conjunto da economia. Em sua forma monopolística, com nível tecnológico relativamente elevado e uma baixa potencialidade de integrar força de trabalho nas relações de produção modernas, esse processo geraria uma superpopulação relativa (Kowarick, 1985).

A partir deste ponto – a conformação de uma superpopulação relativa – a abordagem marxista da marginalidade teve dois enfoques principais. Aníbal Quijano e José Nun advogavam que a ‘massa marginal’ ou o ‘pólo marginal’²⁴⁶ atingiria uma tal magnitude numérica que tornaria esse excedente populacional disfuncional à acumulação capitalista, cindindo as sociedades. Lúcio Kowarick e, particularmente, Francisco de Oliveira refutaram a idéia de disfuncionalidade e sua conseqüente dualidade social e, recuperando a categoria de ‘exército in-

²⁴⁶ Nun (1969) diferencia a “superpopulação relativa” (desempregados e subempregados) do “exército industrial de reserva” (trabalhadores com possibilidades de integrar a produção); sobra, portanto, uma fração que ele denomina “massa marginal”, constituída por aqueles que não encontrarão jamais um lugar no mercado de trabalho. A existência de uma “massa marginal” seria característica da situação de dependência dos países do terceiro mundo (Fassin, 1996a).

industrial de reserva', definiram marginalidade como um modo específico de inserção na acumulação capitalista. "Os contingentes configurados como grupos 'marginais' não constituem 'pesos mortos' no processo de acumulação (...) aparecem como um dos pontos de apoio para fazer girar a engrenagem da economia" (Kowarick, 1985; Oliveira, 1981).

Nesse percurso teórico, a marginalidade foi considerada como uma modalidade específica de inserção no modo de produção e acumulação capitalista nas sociedades dependentes ou em desenvolvimento. Inserção parcial e seletiva, porém parte do *continuum* de posições, conformando o bloco dominado que Castel chamou de 'periférico ou residual'.

No Brasil, o surto de desenvolvimento nacional do período pós-guerra gerou as imagens que associavam a pobreza com os resíduos de 'bolsões tradicionais', os que não tinham se inserido na modernidade, ou com aqueles que estavam 'em transição', e que pronto seriam absorvidos (Valladares, 1991). A estruturação dessa faixa marginalizada se desenvolveu num contexto de alto crescimento demográfico e intensa urbanização. Porém, na medida em que as altas taxas de crescimento das atividades industriais não conseguiram criar suficientes oportunidades no mercado formal de trabalho, as possibilidades de integração condicionavam as camadas populares a situações de subemprego. A marginalidade manifesta no subemprego caracterizou uma integração parcial na modernização e a conformação de um extenso exército industrial de reserva.

Ainda que marginalidade no processo de desenvolvimento capitalista e pobreza não sejam sinônimos nem equivalentes, o subemprego é caracterizado por seus baixos rendimentos e esta será a principal característica adotada para a configuração da pobreza – "população de baixa renda". O pobre é assim o subempregado, cuja existência se dá através de uma "economia de sobrevivência" que lhe confere uma renda insuficiente e que o caracteriza como carente (Valladares, 1991).

A informalidade tampouco podia ser caracterizada pela associação a um determinado grau de pobreza e sim por

uma multiplicidade de 'patrões', geralmente consumidores de serviços pessoais, sem reconhecimento jurídico; por não constituir um emprego fixo mas uma tarefa específica, geralmente de curta duração; pelo desenvolvimento de uma rede de relações sociais a fim de criar 'laços de clientela' que garantam a continuidade do trabalho, o que implica uma alta dose de 'personificação' da atividade econômica e torna o mercado não-formal muito mais instável e flexível no que toca ao preço. (Kowarick, 1985)

Marginalidade e informalidade configuraram, até meados dos anos 80, as principais categorias para analisar a intensa fragmentação social evidenciada no mundo do trabalho. "O núcleo duro da marginalidade pode ser definido a par-

tir de dois traços característicos: a ausência de articulação ou de inserção formal no processo de produção industrial urbana e a insegurança crônica de emprego” (Lomnitz, apud Fassin, 1996). Entretanto, esse grupo de posições no mercado de trabalho não podia mais ser denominado de ‘periférico ou residual’ e tampouco atribuído à uma ‘herança do passado’.

A partir da década de 80, com a crise econômica mundial e os processos nacionais de ajuste fiscal, a marginalidade não somente não pode ser caracterizada como transitória, como passa a ser a modalidade de incorporação de parcelas populacionais até então formal e regularmente inseridas. Esses grupos de trabalhadores, até então incorporados nas margens do *continuum* de posições sociais, têm um crescimento numérico e se desbordam na constituição de uma outra franja que se caracteriza pela ausência permanente de vínculos com a esfera do trabalho – mas que tampouco se confunde com o ‘quarto-mundo’ pois este bloco está configurado, segundo Castel (1995), por “populações que jamais entraram na dinâmica da sociedade industrial, grupos associativos limitados que não colocam em questão as regras gerais da sociedade”.

O fenômeno que surge ultrapassa as categorias de marginalidade e informalidade, pois caracteriza grupos que estavam inseridos formalmente ou que tinham maiores possibilidades de inserção protegida. Não podem ser definidos como associativos, na medida em que o trabalho persiste como parâmetro moral e seu crescimento coloca em questão as modalidades de integração social. A marginalidade e a informalidade passam a constituir trajetórias possíveis (e prováveis) de desvinculação ocupacional, mas diferem da exclusão do mercado de trabalho, da condição de ser supérfluo e desnecessário ao processo de acumulação capitalista. Entretanto, retoma-se a idéia de Nun e Quijano da existência de uma ‘massa marginal’.

No padrão de desenvolvimento tecnológico contemporâneo, que interfere na estrutura de empregos prescindindo de contingentes cada vez maiores de trabalhadores – e excluindo-os –, uma tendência é que o desemprego seja crescente e estrutural. Isso aponta para a inexistência, sequer como potencialidade, de postos de trabalho e para a impossibilidade de reabsorção pelo mercado dos progressivos contingentes de excluídos. Dessa forma os excluídos tampouco constituem um ‘exército de reserva’ que interfere barateando a força de trabalho. Simplesmente não há lugar na vida econômica para esses indivíduos e a sua própria existência é disfuncional às mudanças tecno-estruturais da produção. Considerar contingentes populacionais como supérfluos significa dizer que eles não têm qualquer papel no processo produtivo, menos ainda na acumulação capitalista, e, portanto, são pobres dependentes, elementos de despesas, inúteis e incômodos.

Desta forma, às modalidades ‘tradicionais’ de marginalização no interior do processo de produção de riquezas vêm se somar as transformações contemporâneas que se processam em escala global, configurando uma nova ‘franja’ na

fragmentação dos vínculos ocupacionais: a desvinculação integral e permanente do mercado de trabalho, a exclusão que neste âmbito de análise significa a produção (crescente) de trabalhadores desnecessários e supérfluos. A exclusão se apresenta assim como uma segmentação especificamente contemporânea no interior de um processo histórico de fragmentação social.

Supérfluos e desnecessários: os inúteis ao mundo

Foram necessários séculos de sacrifícios (...) para fixar o trabalhador à sua tarefa e depois mantê-lo através de um conjunto de vantagens 'sociais' que irão qualificar um estatuto constitutivo da identidade social. E, no momento em que essa 'civilização do trabalho' parecia se impor definitivamente sob a hegemonia do assalariamento, o edifício se fissura, trazendo de novo para a ordem do dia a velha obsessão popular de viver 'dia por dia'. (Castel, 1995)

A partir de 1975, segundo Castel, reapareceu na França a “vulnerabilidade de massa” sob a forma de uma “nova questão social”: os “trabalhadores sem trabalho”, os excedentes, os supranumerários, os “inúteis ao mundo”. Há um déficit de postos ocupáveis na estrutura social, que integra posições às quais são associadas uma utilidade social e um reconhecimento público. Os supranumerários são inúteis socialmente,

se alojam no mundo sem verdadeiramente lhe pertencer, numa espécie de *no man's land* social; (...) não estão integrados e sem dúvida são ‘inintegráveis’, pelo menos no sentido em que fala Durkheim – a integração como pertencimento a uma sociedade formando um todo de elementos interdependentes. (Castel, 1995)

A ‘nova questão social’ difere da situação anterior de vulnerabilidade dos grupos subordinados da sociedade industrial, porque estes últimos eram explorados mas indispensáveis, enquanto neste momento são desnecessários e inimpregáveis, são ‘normais inúteis’. Ocupam uma posição homóloga na estrutura social à do ‘quarto-mundo’ no apogeu da sociedade industrial; porém, ao invés de serem percebidos como “herança residual e periférica”, suscitam inquietações sociais. E, como o trabalho é mais que uma ocupação, conferindo um lugar social e um sistema identitário, o não-trabalho é mais que o desemprego: “a inutilidade social os desqualifica no plano cívico e político” (Castel, 1995).

Os contornos da ‘nova questão social’, que Castel consegue traçar com nitidez na sociedade francesa, são menos precisos na sociedade brasileira: a configuração histórica da classe trabalhadora “fez surgir um grande contingente de trabalhadores pobres, quer fossem operários, quer fossem assalariados do terciário, biscateiros ou trabalhadores autônomos” (Zaluar, 1994a). As catego-

rias 'trabalhadores pobres' ou 'classes populares' englobam diferentes setores da população: o operariado ativo, o exército industrial de reserva, os miseráveis e o lumpemproletariado. Engloba também a pobreza abrigada e a pobreza desabrigada, seja o desabrigo ocasional, por calamidades públicas, seja este permanente, isto é, o trabalhador pobre morador de rua.

Os moradores de rua integram a classe trabalhadora como exército de reserva ou pertencem a camada social do lumpemproletariado? A população de rua é a manifestação de uma camada consolidada (permanente) de superpopulação relativa do pauperismo? A exclusão contemporânea expressa na desvinculação do mundo do trabalho é manifestação conjuntural de uma superpopulação relativa que percorre a trajetória do pauperismo e da indigência, ou está configurada pela constituição de uma nova camada, 'sem valor de reserva' mas tampouco integrante do lumpemproletariado?

A população de rua, conceitualmente, faz parte do chamado lumpemproletariado e, no limite, do exército industrial de reserva. Se ela tem aspectos de identidade semelhante aos trabalhadores em geral, ela tem sua identidade própria, sua especificidade. (Wanderley, 1995)

O mendigo é associado à pauperização da classe trabalhadora e ao lumpemproletariado, o rebotalho da classe operária, o refugo expulso ou não absorvido pelo mercado de trabalho (Neves, 1983).

A população de rua apresenta uma história profissional segmentada que possibilita caracterizá-la como exército de reserva. Mas, também, como população excedente, supranumerários, massa marginal, inúteis ao mundo ou lumpens. As duas camadas sociais estão representadas entre os moradores de rua, mas pode estar expressando também a constituição de uma terceira camada, uma especificidade contemporânea de desvinculação.

Exército industrial de reserva, lumpen, pauperismo

Quanto maior é a riqueza social(...) tanto maior é a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva(...) E quanto maior é esse exército de reserva, em comparação com o exército operário ativo (ou seja, com os operários que trabalham normalmente), tanto maior é a massa de superpopulação consolidada (permanente). (...) Finalmente, quanto mais extensos são na classe operária o setor da pobreza e o exército industrial de reserva, tanto maior é também o pauperismo oficial. Tal é a lei absoluta, geral, da acumulação capitalista. (Marx, apud Marx & Engels, s/d)²⁴⁷

²⁴⁷ Grifos do original.

A superpopulação relativa é a “população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (Marx, 1980). O exército industrial de reserva está constituído por segmentos da classe trabalhadora mantidos em disponibilidade, cuja magnitude varia com os ciclos de expansão e retração do capital. Os sintomas de sua existência se manifestam em desemprego ou formas parciais de emprego – incerteza e irregularidade da ocupação, interrupções do trabalho, freqüentemente repetidas e longas. Todos esses sintomas significam que o trabalhador está dissociado dos meios de subsistência. E, sendo a produção de trabalhadores supérfluos (mesmo à custa do trabalho excessivo de outros) “na proporção da energia e da extensão da acumulação capitalista” esta, como lei geral determina “uma acumulação da miséria correspondente à acumulação do capital” revelando o “caráter antagônico da produção capitalista” (Marx, 1980).

Marx aponta três formas de existência da superpopulação relativa sempre presentes: a superpopulação ‘latente’, caracterizada pelo trabalhador rural, um “manancial da superpopulação relativa”; ‘flutuante’, constituída pelos trabalhadores de ocupação instável, cuja magnitude pode permanecer estável alterando-se sua composição interna: a apropriação pelo capital de forças de trabalho suplementares como mulheres e crianças configura esse segmento constituído por homens adultos supérfluos; e ‘estagnada’, conformada por aqueles que exercem ocupações irregulares das quais o trabalho a domicílio é o exemplo mais citado. Os trabalhadores que se tornam supérfluos na grande indústria, na agricultura e nos ramos em decadência ingressam no segmento estagnado, caracterizado pela duração máxima de trabalho e um mínimo de salário. Este é o grupo que relativamente mais cresce nos momentos em que a superpopulação relativa aumenta.

Como essas três formas de existência significam que o trabalhador está despojado dos meios de subsistência, em maior ou menor grau e num tempo mais ou menos curto, com relativa independência do segmento específico da superpopulação relativa, constitui-se uma (quarta) forma de existência, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa (que) vegeta no inferno da indigência, do pauperismo” (Marx, 1980).

O pauperismo, segundo Marx, constitui “o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” e está constituído por três categorias: aptos para o trabalho; órfãos e filhos de indigentes; e incapazes de trabalhar, como idosos, mutilados, enfermos e viúvas. O pauperismo oficial é composto pela “parte da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência, a venda da força de trabalho, e vegeta na base da caridade pública” (Marx, 1980).

A camada social pauperizada ultrapassa os limites das formas de existência da superpopulação relativa. Por um lado, pode incluir os assalariados e, por outro lado, engloba também o lumpemproletariado (“vagabundos, criminosos, prostitutas, o rebotalho do proletariado”).

Portanto, o traço essencial do pauperismo não é a posição do trabalhador no processo de produção, e sim o modo de existência – ele vegeta na indigência, na caridade – e o caráter de dependência daqueles que se tornam continuamente supérfluos, antepondo-se à autonomia obtida através do trabalho. A necessidade recoloca para os trabalhadores livres a relação de dependência existente na escravidão e na servidão: a “dependência absoluta causada pela privação dos meios de subsistência indispensáveis, é quase a dependência da escravidão” (Le Chapelier, apud Marx, 1980).²⁴⁸

Uma condição de existência pauperizada não permite tampouco distinguir entre diversos segmentos da classe trabalhadora e a sua própria escória. Na esfera da reprodução os limites são extremamente tênues, principalmente entre indigentes e lumpen. O ponto de clivagem entre a classe trabalhadora e uma camada que já não integra mais essa classe é configurado pelo caráter moral do trabalhador, o ‘valor e pureza de caráter’, que mantém mesmo em condições miseráveis de existência.

Marx estabelece nitidamente a diferença entre exército industrial de reserva e lumpen, embora não utilize os mesmos parâmetros na configuração de cada agente social. As formas de existência da superpopulação relativa, analisados em *O Capital*, são estabelecidas a partir da posição que os trabalhadores ocupam na produção de riquezas e do grau de exploração a que estão submetidos. Já as características do lumpemproletariado, encontradas nos escritos políticos de Marx,²⁴⁹ têm por referência as posições políticas do grupo analisados sob parâmetros de ordem moral. Dessa forma, a aristocracia financeira dominante pode ser caracterizada como lumpemproletariado nos seus métodos de aquisição (especulação, jogo) e nos seus prazeres devassos. Na configuração do lumpen os traços predominantes são de ordem comportamental e moral; na definição do pauperismo e da indigência predominam os parâmetros econômicos e uma condição dependente de existência, a ‘escravidão da necessidade’.

²⁴⁸ Marx cita a “escravidão da necessidade” para criticar as posições de Le Chapelier contrárias às coligações e associações de trabalhadores.

²⁴⁹ A referência clássica de Marx ao lumpemproletariado é encontrada em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1852), ainda que apareça também em *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850* (1850) e no prefácio de Engels a *A Guerra Camponesa na Alemanha* (1870). A situação de indigência da classe trabalhadora, particularmente do operariado industrial no sentido estrito do termo, é amplamente analisado em Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845).

O lumpemproletariado é o “produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade” (1848),

é um centro de recrutamento de gatunos e delinqüentes de toda a espécie, que vivem dos despojos da sociedade, pessoas sem profissão fixa, vagabundos, gente sem eira nem beira, que diferem segundo o grau de cultura da nação a que pertencem, mas jamais renegam seu caráter de elementos desclassificados da população. (1850)

É “a escória integrada pelos elementos desclassificados de todas as camadas sociais e concentrada nas grandes cidades”; constitui um “refugo absolutamente venal e o mais incômodo” e é considerado como o “pior aliado da classe operária” (1870).

O principal significado da expressão não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes por ela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa ‘desgovernada’, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários. (Bottomore, 1988)

Ainda que todas as referências ao lumpen considerem-no como ‘lixo humano’ produzido pela sociedade burguesa em geral e integrado por elementos de todas as camadas sociais, o ‘viveiro’ do lumpen, adotando-se os parâmetros econômicos, parece localizar-se no proletariado vulnerável, ou seja, na superpopulação relativa despojada dos meios de subsistência. “A palavra lumpen significa trapos, farrapos. Seria a escória da pobreza, o rebotalho do proletariado” (Sawaia, 1990).

O lumpen pode ser caracterizado como a última franja da classe trabalhadora, ‘os supérfluos dos supérfluos’, indivíduos que estão não somente à margem mas fora da dinâmica econômica, porque não têm valor de troca como força de trabalho. População desnecessária e supérflua do ponto de vista da valorização do capital, pois perdeu a condição de existência (como trabalhador), a venda da força de trabalho. A categoria de lumpen teria, portanto, três principais características: integrar a camada pauperizada; adotar comportamentos criminosos e associiais que entram em choque com as próprias leis da burguesia e configurar um ‘lixo humano’ impossível de ser erradicado, existindo em qualquer sociedade e em qualquer período histórico.

Arendt denomina esse ‘lixo humano’ de *ralé*,

esses elementos tornados permanentemente ociosos eram supérfluos para a comunidade e durante todo o século XIX reconheceu-se que ameaçavam a sociedade de tal modo que a sua ‘exportação’ foi promovida juntamente com o capital supérfluo através do imperialismo. (Arendt, 1989)

A ralé é considerada um subproduto da sociedade burguesa e, portanto, inseparável desta, composta do refúgio de todas as classes. Apresenta uma “mentalidade típica” que revela “um recuo gradual e contínuo em todas as questões de moral e um crescente gosto pela falta de escrúpulos e cinismo” (Arendt, 1989). Arendt utiliza para caracterizar a ralé elementos apontados por Marx na constituição tanto da superpopulação relativa quanto do lumpen. Entretanto, a ênfase da autora, na análise da ralé como “avesso da sociedade burguesa” e “classes mortas” (ou seja, homens supérfluos que não integram a sociedade de classes), aproxima muito mais esse grupo do lumpen.

Considerando os blocos sociais no interior dos grupos dominados, anteriormente apontados por Castel, podemos relacionar o bloco ‘popular’ como aquele constituído pela classe trabalhadora ativa, formalmente inserida e protegida; o bloco ‘periférico ou residual’ integrado pelo exército industrial de reserva e o bloco ‘quarto-mundo’, composto pelo lumpemproletariado. Entretanto, o crescimento dos grupos sociais ‘periféricos ou residuais’ e do ‘quarto mundo’, além da perda de nitidez entre eles, implicou a utilização cada vez mais freqüente da noção de ‘quarto mundo’ para indicar uma camada crescente de trabalhadores ainda mais marginalizados dos pólos dinâmicos do processo de produção e acumulação capitalista do que os integrantes do bloco ‘periférico ou residual’, mas que não poderiam ser definidos como ‘ilhas arcaicas de associais’.

A noção de ‘quarto-mundo’ passou então a estar relacionada não ao lumpen e sim ao subproletariado: o grupo que não conseguia se fixar de maneira estável dentro do mundo do trabalho industrial, caracterizado pela irregularidade de emprego e de rendimentos, desenvolvendo atividades intermitentes, que assumem a forma de trabalho informal, ocasional, variáveis em sua duração e natureza. Ora, essas são as características apontadas por Marx das formas estagnada e flutuante da superpopulação relativa. O que, então, era diferente da situação anterior? Afora seu crescimento numérico correspondente aos ciclos econômicos recessivos, a mudança de perfil dos integrantes. A ‘nova pobreza’ era uma camada que transbordava o bloco dos trabalhadores marginalizados e era gerada não apenas pelo bloco popular, mas também pelas camadas médias e dominantes que até então não compartilhavam um modo de existência vulnerável.

A categoria de exclusão na esfera ocupacional, assim como nas demais dimensões, refere-se tanto aos processos de fragilidade e ruptura dos vínculos laborais quanto à condição (estado) de estar de maneira permanente fora do mercado de trabalho. Os excluídos não constituem um ‘exército de reserva’ mas tampouco podem ser classificados como lumpen.

A definição de superpopulação relativa ao movimentos de acumulação do capital foi construída quando este dinamismo estava conferido pelo pólo industrial. Entretanto, à medida que a dinâmica da acumulação se desloca para o

pólo financeiro e de serviços, forma-se um exército de reserva não mais industrial e sim do setor terciário e, neste, no seu segmento tradicional. A fragmentação da 'sociedade salarial' incorporaria, desta forma, um exército de reserva do setor de serviços tradicionais que não têm funcionalidade para a acumulação capitalista nem como fator disciplinador da mão-de-obra nem pressionando para baixo o valor da reprodução da força de trabalho. São subproletários 'inimpregáveis', ou que do ponto de vista da dinâmica do capital não precisam ser absorvidos. Conformam um grupo de indivíduos que são supérfluos e desnecessários como *homo faber* – atividade da condição humana que interfere e interage com a natureza fabricando “a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano, a objetividade do mundo feito pelo homem” (Arendt, 1991).

TRABALHO E LABOR

Analisando a condição humana, Arendt (1991) estabelece uma diferenciação valorativa entre as três atividades fundamentais da *vita activa*: o labor, o trabalho e a ação.

O labor é a atividade humana voltada para a manutenção da vida, é o processo biológico que responde às imperiosas necessidades vitais. A atividade do *animal laborans* é manter-se vivo, é fazer funcionar seu metabolismo, o que não estabelece grandes diferenças entre os seres humanos e os animais. O labor está vinculado à parte corporal da existência humana, às necessidades no seu sentido original, ou seja, à condição de sermos carentes pelo fato de termos um corpo. É constituído por todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie; não designa um produto final e é interminável, acompanhando automaticamente a própria vida. As atividades do labor são consumidas tão logo são realizadas; após breve permanência neste mundo retornam ao processo natural que as produziu, seja pela absorção no processo vital do animal humano, seja pela sua própria decomposição, vão e vem sem deixar vestígio algum de terem existido. Os produtos do labor não se tornam mais duráveis por serem abundantes e o esforço do labor jamais poupa o animal que labora de repeti-lo mais de uma vez, permanecendo, portanto, como eterna necessidade imposta pela natureza.

O eterno ciclo da vida biológica é realizado através do labor e do consumo. Labor tem a conotação de dor, de atribulação; designava o modo de vida do escravo e desde sempre o que deve ser ocultado na esfera privada.

O trabalho, atividade do *homo faber* (homem produtor) em sua interação com a natureza na produção de objetos, distingue-se das atividades da espécie animal e transcende as vidas dos indivíduos. O trabalho produz objetos de uso

que têm durabilidade e que podem ser acumulados; diferentemente dos bens de consumo, os produtos do trabalho não desaparecem com o uso, têm estabilidade e solidez, e garantem a permanência e a durabilidade sem as quais o mundo simplesmente não seria possível. No fim do processo de fabricação surge algo inteiramente novo, que permanece no mundo como unidade independente dos homens que o produziram e o utilizam; o processo não precisa ser repetido (pode ser multiplicado) ou é repetido por motivos alheios a si mesmo, diferindo da repetição compulsória inerente ao labor.

O grau de mundanidade das coisas produzidas depende de sua maior ou menor permanência neste mundo, da capacidade de transcender e alienar-se dos processos da própria vida. O processo de fabricar coisas é limitado e atinge um fim previsível, enquanto o processo vital que exige o labor é uma atividade interminável; para o labor nenhuma qualificação é necessária, enquanto a divisão do trabalho exige a especialização.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, realizada tanto por Marx quanto por Adam Smith, contém a diferença entre trabalho e labor: o trabalho improdutivo, menosprezado por ambos, é mera subsistência, não deixando atrás de si nada em troca do que consome, é, portanto, labor. Porém Marx, segundo Arendt, estava equivocado ao considerar o trabalho produtivo como atividade central, pois se o trabalho é uma atividade própria dos humanos, não é na relação com esse mundo de coisas que está a potencialidade máxima da condição humana. É na esfera pública, através da capacidade da ação e da fala, através da política, no *bios politikos* (o modo de vida do cidadão), que o homem realiza plenamente sua condição: a ação é prerrogativa exclusiva dos seres humanos e depende constantemente da presença dos outros.

Nessa tipologia axiológica, Arendt situa também a distinção entre as esferas privada e pública: o labor e o trabalho pertencem à esfera privada, âmbito da necessidade, da família, da hierarquia e da desigualdade naturais; a política situa-se na esfera pública, dimensão à qual pertencem a liberdade, a cidadania, a democracia e a igualdade.

Os produtos do metabolismo do homem com a natureza não duram no mundo o tempo suficiente para se tornarem parte dele e a própria atividade, concentrada exclusivamente na vida e em sua manutenção, é tão indiferente ao mundo que é como se este não existisse. O labor é a única atividade que corresponde à experiência de completa ausência do mundo, pois nesta o indivíduo se volta para dentro de si mesmo, concentra-se apenas no fato de estar vivo.

“Nada é menos comum e menos comunicável – e, portanto, mais fortemente protegido contra a visibilidade e a audibilidade da esfera pública – que o que se passa dentro do nosso corpo, seus prazeres e dores, seu labor e consu-

mo” (Arendt, 1991). A concentração exclusiva na vida corporal expõe o indivíduo radicalmente para fora do mundo. O isolamento do *animal laborans* deriva do fato de ele estar prisioneiro da privatividade do próprio corpo, adstrito à satisfação de necessidades das quais ninguém pode compartilhar e que a ninguém pode comunicar inteiramente. A ocupação da esfera pública pelo *animal laborans* não significa que exista uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público.

Os indivíduos reduzidos à condição de *animal laborans* estão ‘fora deste mundo’ e são desnecessários como *homo faber* e como cidadãos. A sua preservação é preocupação unicamente individual: para a sociedade passa a ser um ‘metabolismo supérfluo’, com cuja existência ninguém se preocupa, quanto mais com sua produtividade ou com sua participação cidadã.

A pobreza é mais do que privação, é um estado de constante carência e aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império da necessidade. (Arendt, 1990)

A situação de escassez e penúria é acrescida da obscuridade, que significa passar despercebido. A pobreza força o homem livre a agir como escravo; o servo da necessidade tem sua liberdade sacrificada. Na antiguidade, ser político significava atingir a mais alta potencialidade da existência humana; entretanto, não possuir um lugar próprio e privado (como no caso do escravo) significava deixar de ser humano (Arendt, 1991). Os indivíduos, relegados à condição de ‘metabolismos supérfluos e desnecessários’, são expulsos da idéia de humanidade. Não apenas não são iguais como cidadãos, como tampouco são iguais como seres de uma mesma espécie.

Os moradores de rua têm raras e limitadas oportunidades de exercer a ação na esfera pública. Suas condições de existência parecem circunscritas às atividades do trabalho (as exercidas nas ruas e as realizadas antes de morar nas vias públicas) e ao labor. Quanto mais passa o tempo, mais a existência dos moradores de rua parece limitar-se à atividade do labor, as potencialidades da condição humana restritas à reprodução da vida.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA RUA: trabalho (labor) & pedido

Entre moradores de rua há uma alta taxa de ocupação. Agrupando os que se declararam sem ocupação e os que foram caracterizados como pedintes, entre 20 e 30% da população não realiza qualquer atividade para ganhar dinheiro. Na população pesquisada na cidade de São Paulo, em 1991, a taxa de ocupação encontrada foi de 83% na clientela dos abrigos, 87% entre os entrevistados

nas Casas de Convivência e 72% da população dos albergues. A pesquisa realizada em Porto Alegre evidenciou uma taxa de ocupação bem menor: 48,5% dos 222 moradores de rua entrevistados não realizavam nenhuma atividade.

O leque de atividades é bastante semelhante nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília. A tabela a seguir mostra algumas informações encontradas sobre o Rio de Janeiro e São Paulo. Em Porto Alegre as atividades mais comuns também foram: guardador de carro (17,1%), catador de papel (4,5%) e outras atividades como serviços gerais (17,1%) (PUC/RS, 1995). Em São Paulo as atividades mais frequentemente exercidas foram: carregador de caminhão, catador de papel, encartador de jornais e guardador de carros (Sebes, 1992).

Tabela 19 - Atividades ocupacionais realizadas por moradores de rua. Rio de Janeiro e São Paulo

Ocupação	Rio de Janeiro		São Paulo	
	1986	1991	1993	1995
Sem ocupação	—	3,7	17,3	—
Pedintes	28,0	15,5	6,2	25,0
Catadores de papel	28,0	33,3	11,0	21,0
Catadores de lata	—	—	—	9,0
Guardadores/lavadores	13,8	14,2	10,2	19,0
Vendedores ambulantes	11,3 ²⁵⁰	11,2	15,2	—
Artesãos	—	—	15,8	—
Construção civil	0,7	3,1	13,0	—
Carregadores	2,2	0,7	8,3	—
Marisqueiros	4,7	—	—	—
Outras ocupações	11,3	18,3 ²⁵¹	3,0	—

Fonte: FLXIII, 1991; SMDS/RJ;²⁵² Datafolha, 1995

As atividades exercidas têm como característica geral o fato de que a oportunidade de seu exercício geralmente está associada à moradia nas ruas. Há ocupações típicas dos moradores de rua, dentre as quais se destaca a catação de lixo. Não são atividades que exijam qualquer qualificação, embora envolvam um processo de aprendizado (como relataram Miguel e Cícero, que aprenderam a

²⁵⁰ Inclui vendedores ambulantes e artesãos.

²⁵¹ Inclui a alternativa 'nenhuma das anteriores'.

²⁵² *O Estado de S. Paulo*, 7/fev./93.

‘garimpar’ o lixo), uma apropriação do ‘território de trabalho’ e relações específicas com transeuntes – investidos ou não de autoridade – para viabilizar o seu exercício.

As atividades realizadas nas ruas podem ser analisadas segundo diversos parâmetros:

- a necessidade ou não de instrumentos de trabalho (carrinho, ferramentas); a necessidade de investimento prévio (estoque de mercadorias para vendedores ambulantes);
- a vinculação ou não com apropriação mais permanente do território; o exercício do ofício segundo a localização no espaço urbano (topografia das atividades);
- a regularidade ou não do exercício das atividades com dias e horários mais propícios: atividades ocasionais, extras, intermitentes, como pequenos serviços (serviços de carroto, auxiliar de vendas de bebidas e alimentos na praia durante o verão) ou atividades regulares (carregador de caminhões em feiras);
- a realização por faixas etárias ou gênero específicos como meninos engraxates, a venda de balas e doces em sinais ou de flores por crianças e mulheres;
- a relação estabelecida com os poderes públicos (fiscalização e policiais);
- a realização isolada ou em grupo;
- a especialização em determinados ofícios, principalmente na catação de certos produtos no lixo (papel, latas) ou alternância de expedientes;
- os rendimentos auferidos entre formas monetarizadas e não-monetarizadas (alimentação em troca de serviços de carroto ou de limpeza);
- a relação estabelecida com a clientela entre a confiança e o medo;
- o *status* social da atividade (legitimidade, dignidade) e a repressão (ou não) que desencadeia.

Podem ser assinalados três grandes grupos de atividades realizadas com vistas à obtenção de rendimentos: catadores, atividades vinculadas à mercantilização do medo ou propriamente à criminalidade e à mendicância. Porém, as atividades da maior parte dos moradores de rua têm a intermitência como característica principal; são atividades que precisam ser buscadas diariamente: dependendo das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades, o morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. Exerce com frequência a atividade de biscateiro, o ‘faz-tudo’, que respondia às peque-

nas e variadas solicitações de consertos domésticos e, atualmente, aparece como o que ‘faz-qualquer-coisa’, solicitada ou não. São as ‘virações’, qualquer atividade (ao seu alcance) que possa reverter em dinheiro, alimentos ou outros donativos. Como dificilmente conseguem auferir rendimentos necessários à sua sobrevivência (mesmo levando em conta o rebaixamento dos custos de reprodução em função de sua moradia nas ruas) devem associar atividades variadas com a obtenção de auxílios (monetários ou não) de particulares ou de instituições.

Os catadores de lixo representam a última franja do trabalho marginal: são trabalhadores desqualificados nas estratificações econômicas e simbólicas, porém interferem no processo de produção e acumulação de riquezas. Não constituem um grupo homogêneo de trabalhadores, mas o conjunto das atividades exercidas integra a “economia política do lixo” (Bursztyn & Araújo, 1997). Essas atividades englobam desde aqueles que catam sobras de comida em feiras para revender até o catador que possui seus instrumentos de trabalho, fontes regulares de obtenção e pontos de revenda. É uma atividade que envolve um aprendizado e um processo de trabalho composto pela coleta, seleção e separação, compactação, armazenamento, transporte e venda. Os catadores estabelecem relações com os responsáveis pelas ‘fontes’, como porteiros e vigias de prédios residenciais ou comerciais e funcionários de empresas, assim como mantêm relações comerciais com os proprietários de depósitos e brechós. Também utilizam a venda de pessoa a pessoa. Em função do papel que desempenham (desqualificado, porém necessário) no setor de reciclagem do lixo – que está em franca expansão econômica – não podem ser considerados como superfluos e desnecessários.

Marcel Bursztyn²⁵³ observa que “essa horda de miseráveis é útil para a indústria de reciclagem”. Os catadores não são necessários, mas são extremamente úteis ao processo industrial. Com eles, todos os elementos da cadeia produtiva reduzem custos: os catadores coletam, selecionam, separam e compactam os materiais do lixo. Em Brasília, os carroças dos catadores são uma alternativa barata para os *containers*. E tudo isso sem gastos para as empresas com a manutenção dos equipamentos.

O mercado de lixo tem se tornado uma atividade cada vez mais organizada e rentável, haja vista o estímulo para a organização de cooperativas, impulsionadas por indústrias de reciclagem e projetos municipais – companhias de limpeza e/ou órgãos de assistência social e de meio ambiente. A formalização do ofício não significa necessariamente uma melhoria das condições de vida: ao contrário dos depósitos, que pagam a cada entrega, as cooperativas estabelecem modalidades de ‘vales’ e pagam apenas uma vez por semana, o que

²⁵³ Observações feitas na defesa da tese, 16 de novembro de 1998.

dificulta a sobrevivência diária do catador. Tampouco dignifica o trabalho de catação, que permanece sendo repugnante, desqualificado, indigno e subalterno no interior de uma cadeia produtiva que integra do trabalho semi-escravo (como é caracterizado o trabalho no aterro sanitário por Souza, 1995) à tecnologia de ponta. Mas, ainda assim, o lixo estabelece uma fronteira entre miseráveis: uma posição de trabalho marginalizada (catador, população de rua 'com lixo') e uma posição de exclusão (população de rua 'sem lixo').

Outro grupo de atividades típicas está relacionado à “mercantilização do medo”, expressão de Neves (Sebes, 1992), como é o ofício de guardadores de carro. A atividade envolve uma apropriação do espaço público, uma delimitação de território de trabalho disputado não apenas com outros guardadores, mas também com o poder público municipal. Relaciona-se tanto com a insegurança geral da cidade e o medo de que o veículo seja furtado quanto com o medo inspirado pelo próprio guardador. É uma atividade que pode proporcionar rendas relativamente elevadas na escala de rendimentos²⁵⁴ da população de rua, não exige instrumentos de trabalho nem qualificações específicas. Pode ser realizada de maneira intermitente – apenas para conseguir alguns ‘trocados’ que garantam a alimentação e a bebida – ou de maneira regular o que possibilita adquirir confiança da clientela.

O transporte de drogas, pequenos roubos ou a prestação de serviços para marginais são também atividades exercidas pelos moradores de rua. Essas atividades possibilitam, além de auferir rendimentos, o consumo de drogas. A análise da atividade deve considerar o perfil do consumidor que solicita os serviços e o relacionamento que o morador de rua estabelece com o ponto de obtenção de droga. Nada indica que isto constitua um estágio inicial numa ‘carreira’ de traficante, que parece ser incompatível com a moradia nas ruas.

A mendicância regular ou eventual é uma ocupação típica (e tradicional) dos moradores de rua, embora constitua uma categoria à parte, na medida em que define os desocupados. Como assinalado anteriormente, os mendigos distinguem-se dos pedintes, pois estes últimos dispõem de atributos sociais reconhecidos (casa, família e até mesmo trabalho), porém enfrentam dificuldades para sobreviver e recorrem à ajuda de terceiros. São considerados mendigos as

²⁵⁴ Levando em consideração que os custos de reprodução da força de trabalho foram reduzidos ao mínimo possível, o que significa ‘bons’ rendimentos? Pesquisa da Datafolha de 1995 revela uma subdivisão da população de rua em três grupos de rendimentos: 35% ganhando até 5 reais por dia, 32% entre 6 e 15 reais por dia, e 27% ganhando entre 16 e 30 reais por dia (*Folha de S. Paulo*, 3/set./95). Nos depoimentos obtidos de catadores de lixo os rendimentos diários considerados ‘bons’ eram 20 reais por dia. Isso lhes permitiria ‘viver bem’ mas sequer cogitavam a possibilidade de uma poupança. Há que levar-se em consideração a apropriação municipal das atividades mais rentáveis – e com certa legitimidade social – dos moradores de rua como a coleta de lixo e a guarda de carros.

peessoas que perderam certos atributos sociais e por isso sobrevivem na rua, apresentando-se em geral sujas e maltrapilhas (Neves, 1995b). A mendicância só é legitimada (e, portanto, eficaz) quando aquele que a exerce traz consigo as 'marcas do infortúnio', como velhice, doença ou deficiência física. Os homens sadios e em idade produtiva legitimam a própria mendicância contrapondo-a às atividades criminosas: "é melhor pedir do que roubar".

No pedido tradicional da esmola, aquele que demanda o faz 'pelo amor de Deus' e agradece com a expressão 'que Deus lhe dê em dobro'. Observam-se formas mais 'contemporâneas', particularmente nas crianças, em que o pedido se torna quase uma ameaça ou uma exigência de 'distribuição privada' das riquezas do doador. Passa de uma "maneira lânguida de pedir com voz débil e olhar lacrimoso para uma imposição, um agarrar enérgico, quase um exigir" (Silva & Milito, 1995).

Em qualquer dessas atividades realizadas nas ruas, os rendimentos auferidos não alteram as condições presentes de vida – em que o custo de reprodução é extremamente baixo – nem possibilitam a reconstituição do fundo de consumo'.²⁵⁵ A realização das atividades pode ser incompatível com a obtenção de doações por parte das instituições, de forma que o dinheiro recebido é consumido na alimentação e na bebida diárias. Vários depoimentos enfatizaram que, na rua, o que se ganha se gasta de imediato. Por vezes a tarefa é realizada apenas durante o tempo necessário para conseguir comprar uma refeição ou pagar a hospedagem em pensões baratas. Os catadores mencionavam como um dia bom quando conseguiam receber cerca de vinte reais, mas isso não lhes possibilitava senão sobreviver melhor naquele dia. Ainda devem ser levados em consideração tanto o dinheiro despendido em cigarros e bebidas alcoólicas, que são veículos de socialização na rua, quanto a inutilidade de guardar dinheiro, pois são grandes as possibilidades de roubos.

Na prostituição masculina os moradores de rua também obtêm rendimentos relativamente baixos: as condições de vida precárias e a própria aparência rebaixam o preço da relação sexual paga. E à medida que ampliam seu tempo de moradia na rua, acabam aceitando a relação sexual em troca de poder dormir e ter acesso a água para realizar a higiene corporal e lavar a roupa em um quarto de motel.

²⁵⁵ O fundo de capital que assegura ao trabalhador as condições de ir em busca do trabalho ou do salário (Neves, 1995b). Como o salário é pago ao final de um dado período de trabalho, o trabalhador adianta ao empregador o valor de uso, e para tanto deve contar com o apoio de outros membros da família, de modo a poder fazer esse empréstimo (Neves, 1983).

IDENTIDADE: mendigo

Independentemente da atividade que exercem nas ruas e da posição que estas ocupam no processo de produção e acumulação de riquezas, os moradores de rua são identificados como mendigos, ou seja, seu modo de vida não é reconhecido nem legitimado.

As atividades que realizam, afora os catadores de lixo, não produzem valor mas exigem um desgaste físico. A condição humana parece circunscrita às atividades do labor. E, mesmo os catadores, cujos rendimentos diários são extremamente precários (quando existentes, na medida em que há dias em que não obtêm nenhum rendimento), não conseguem ultrapassar os patamares mínimos da sobrevivência, ficando prisioneiros das necessidades imperiosas do ciclo vital que se renovam todos os dias.

Distanciados dos vínculos familiares, as ocupações não constituem uma intermediação com a identidade de provedor. Cícero, várias vezes, mencionou o trabalho realizado e a condição de vida como 'marginalizado'. Catar lata e guardar carro são trabalhos 'marginalizados'. Se for pedir dinheiro vai ouvir desaforo, mandando trabalhar. Caso se aproxime para guardar um carro, "o cara já sai todo desconfiado".²⁵⁶ Inspiram desconfiança e medo, por vezes piedade, jamais respeito e consideração.

Suas condições de vida e as atividades que exercem são atribuídas a problemas individuais e não relacionadas à estrutura ocupacional ou às vulnerabilidades associadas e cumulativas vivenciadas pelas classes trabalhadoras pobres. As próprias instituições assistenciais que integram a 'rede de sobrevivência' reforçam a identidade do mendigo, limitando-se a auxílios alimentares ou de vestuário, sem realizar investimentos na direção de possíveis reinserções ocupacionais. A experiência ocupacional acumulada não é valorizada e não é franqueado o acesso à complementação da escolaridade ou qualificação.

Realizando cotidianamente atividades que mal permitem a sobrevivência, permanecem interminavelmente prisioneiros dentro de um círculo de labor e consumo, no qual não há esforço individual que permita a sua transposição. Não são reconhecidos como trabalhadores, a mendicância não é legitimada, pois, em geral, são homens sadios e em idade produtiva, não são considerados como cidadãos e tampouco como humanos. Mesmo ocupando a cena pública, são relegados à experiência mais privativa, que é a de uma existência individual limitada à sobrevivência singular e diária. Integram o lixo humano, abandonados à própria sorte de conseguir sobreviver dia após dia, reproduzindo-se como *animal laborans*, que não deixa vestígio algum no mundo.

²⁵⁶ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 2/4/97.